

## O FASTO NA AFIRMAÇÃO DE PODER: ENLACES RÉGIOS NA ÉPOCA BARROCA (NOTAS DE INVESTIGAÇÃO)

LUCÍLIA DIDIER  
UNIVERSIDADE DO PORTO  
MESTRADO EM ESTUDOS LITERÁRIOS, CULTURAIS E INTERARTES  
luciliadidier@aluplasto.pt

**RESUMEN:** Em contexto posterior à Restauração de 1640, as escolhas dos enlaces régios da época barroca e as celebrações a eles associadas apresentam-se como retóricas de afirmação política e de consolidação da independência, tanto em termos internos como externos. A utilização política do fasto em rituais de corte, espectáculos e festejos, encenados como formas de exteriorização e divulgação de um poder real centralizador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Barroco, Enlaces Régios, Fasto, Retóricas de Poder, Séculos XVII-XVIII.

**ABSTRACT:** In a context subsequent to the portuguese independance recovered in 1640 (“Restauração”) the choices of the royal weddings of the baroque time and their celebrations present themselves as rhetorics of political statement and independancy consolidation both in internal and external terms. The political use of pageantry in court rituals shows and festivities staged as means of exteriorization and propagation of a centralizing royal power.

**KEY-WORDS:** Baroque, Royal Weddings, Pageantry, Rhetorics of Power, XVII-XVIII Centuries.

O movimento da Restauração Portuguesa de 1640 ocorre numa época conturbada, em termos políticos e militares, na Península Ibérica e em toda a Europa, estando igualmente inserido num período de transição em Portugal de uma sociedade que ainda mantinha características senhoriais para uma sociedade mais caracteristicamente moderna, uma „sociedade de corte“, nos moldes em que a descreve Norbert Elias<sup>1</sup>; necessariamente com as devidas adaptações à nossa realidade, marcas essas bem explicitadas, entre outros autores, nomeadamente

---

1 ELIAS, Norbert – *A sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 14.

por Luís Reis Torgal<sup>2</sup> e Nuno Gonçalo Freitas Monteiro<sup>3</sup>. Neste contexto, os enlacs régios adquirem, para além da óbvia importância em termos políticos e estratégicos que sempre tiveram nas alianças entre reinos, uma utilidade e uma funcionalidade destacadas dentro das estratégias de comunicação do fasto público da época barroca, visível contributo para a evolução, afirmação e consolidação de uma sociedade de corte em Portugal por parte das rainhas, princesas e respetivos séquitos estrangeiros.

A nossa opção pelo termo „enlacs“ deriva do facto de as uniões nupciais na realeza terem um alcance e formalidades diferentes dos correntes casamentos da gente comum, já que o estado era adquirido a partir de um contrato entre reinos (aceite entre pessoas) e a qualidade de consorte era definida a partir desse contrato. Esta característica específica dos enlacs reais, ou seja, o facto de o fator pessoal estar (quase) completamente subalternizado à posição social e política, imperando os interesses da coroa, conferia à existência da família real, e sobretudo às princesas reais, transferíveis de reino para reino, uma especial predisposição de funcionalidade política, enquanto „entidades de serviço público“, de que, como nubentes, eram titulares.

Os enlacs régios na época posterior à Restauração foram naturalmente marcados pela conjuntura de consolidação da autonomia nacional, recentemente recuperada, tanto na escolha das alianças matrimoniais, como na forma como elas foram geridas em termos da sua comunicação pública, com assunção de estratégias discursivas marcadas pela estética barroca epocal. As estratégias de comunicação dos acontecimentos públicos régios tiveram, em Portugal, duas vertentes de afirmação: a interna, que procurava aglutinar a nação em torno de um novo projeto político, o da dinastia brigantina, e a externa, de consolidação de independência, tanto em termos de escolha estratégica de alianças, como de afirmação diplomática nas cortes europeias e na Cúria Romana.

A lógica portuguesa de poder no período da Restauração começou por ser uma lógica de justificação e sobrevivência, servida por uma retórica de afirmação nacional da dinastia. Assim, apesar das grandes dificuldades económicas e políticas, construiu-se um discurso de ostentação que, por vezes, não tinha base de sustentação prática e „liquidez“ na realidade correspondente, em termos de poder político ou económico efetivos. Documenta-o o caso do casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra, situação que evoluiu para a ostentação de um poder político e económico bastante mais consolidado, por

2 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1978, pp. 116, 117, 118.

3 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998; IDEM – *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

detrás dos casamentos de D. João V e de seu filho D. José.

Neste contexto de mudança e em termos internacionais, o principal impacto que o movimento restauracionista português teve na Europa deveu-se ao facto de ter sido o primeiro grande sinal visível de decadência da hegemonia política da Casa de Áustria<sup>4</sup>. A Espanha, que mantinha conflitos em várias frentes, não se conseguiu organizar de forma a repelir com eficácia a rebelião portuguesa. Como „fénix ressurgida das cinzas“, Portugal recuperou o seu discurso de nação com predestinação religiosa e messiânica superior a qualquer vicissitude, o que, na realidade, parecia ter-se efetivado na sua própria sobrevivência restaurada. Apesar de o apoio a Portugal poder ser um importante contributo para o enfraquecimento da hegemonia espanhola, a importância da influência da Espanha junto da Santa Sé obstou a que o reconhecimento da independência portuguesa fosse mais célere, quer por se considerar ser pouco provável a sua viabilização, quer por se pensar que, embora Portugal não fosse um ameaça em termos geopolíticos europeus, o seu imenso império constituía um entrave aos interesses expansionistas ultramarinos dos países europeus<sup>5</sup> de vocação hegemónica.

Na verdade, como é bem sabido, tanto durante o período filipino como após a Restauração, o Império ultramarino luso foi atacado na Índia, Costa de África e Brasil por ingleses, franceses e holandeses<sup>6</sup> que encontraram uma forte oposição das populações locais<sup>7</sup> que partilhavam uma identidade, apesar da ausência de uma soberania nacional e talvez mesmo reforçada por essa perda. Essa identidade local contribuía para a existência de uma ideologia do Império que, para Portugal, tinha, para além de um cariz político e económico, uma fundamentação religiosa, e que estava por esse motivo associada à própria justificação da sua existência como País e à sua identidade como nação. Contrastando com Espanha, as ambições imperialistas de Portugal eram sobretudo religiosas e ultramarinas e não políticas e europeias<sup>8</sup>. Restaurada a independência portuguesa, o País teve de se ver a braços com os confrontos militares com Espanha no território nacional e nas lutas diplomáticas junto das cortes europeias, as mesmas que pouco tempo antes tinham sido também nossas inimigas<sup>9</sup>, e da Santa Sé onde se fazia sentir a grande influência dos Habsburgos<sup>10</sup>. As grandes dificuldades, tanto em termos de organização interna

4 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., pp. 4, 329.

5 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., pp. 154, 155.

6 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., p. 327.

7 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., p. 339.

8 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., pp. 327, 328.

9 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., pp. 337, 338.

10 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., pp. 332, 333.

como de afirmação externa, incluindo o braço de ferro com Espanha até à paz firmada em 1668, mantinham o país num difícil equilíbrio.

A morte de D. João IV em 1656, dezasseis anos apenas após a Restauração, deixando o futuro D. Afonso VI ainda criança e uma rainha regente, tornou fundamental o estabelecimento de alianças poderosas que apoiassem a afirmação e a consolidação da soberania e independência nacionais. As grandes alianças eram realizadas através dos enlaced reais que estabeleciam fortes laços, familiares e políticos, através dos contratos nupciais que estipulavam as condições de parte a parte. O casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra, em 1662, foi fundamental para que Portugal tivesse o apoio necessário para se conseguir defender de Espanha, manter o Império, e se afirmar no complicado „xadrez“ geopolítico europeu. Os casamentos de D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V com princesas europeias de França, Baviera e Áustria mantiveram a mesma política de angariação de apoio e reconhecimento externo, enquanto que o casamento de D. José com D. Maria Ana Vitória de Espanha (e da Infanta Maria Bárbara com o príncipe das Astúrias) traduzia já a ideia de consolidação da independência nacional e uma espécie de „ratificação“ através desta „união ibérica“ de duplo casamento, de facto, da paz firmada, de iure, com Espanha em 1668.

### **„Pragmatismo“ político e idealismo nacionalista**

A conjuntura política europeia à data da Restauração e durante o período de influência mais intensa do Concílio de Trento contaminou as opções políticas no nosso país. Em Itália verificara-se, por um lado, a existência de uma cultura humanística de características pré-capitalistas e burguesas, de que Nicolau Maquiavel (1469-1527) é um grande expoente e, por outro, a inevitável influência da Roma papal em cujas determinações existia um peso declarado da influência espanhola, com o desenvolvimento do humanismo cristão da linhagem de Pico de la Mirandola e Marsílio Ficino, sendo este último que acabou por prevalecer na sua versão católica na Península Ibérica.

Após o Concílio de Trento foi a „cultura católica, tradicional, canonista e teológica, a par de um humanismo católico, que acabaram por dominar“<sup>11</sup> e por influenciar o rumo político. Apesar de não assumida, a filosofia de razão de estado e de realismo político de Maquiavel é o elemento detonador de teorias realistas e pragmáticas relativas à segurança e conservação dos estados adaptadas à ética cristã. A influência do juscanonicismo, nomeadamente de Roberto Belarmino (1542-1621), do jusnaturalismo de Francisco Vitória (1480-1546)

---

11 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., p. 216.

ou de Bartolomeu de las Casas (1474-1566), e ainda do erasmismo, foi refreada pela intervenção da Inquisição que, ao promover a ortodoxia religiosa, também fez parte de um processo crescente de centralização do poder (embora não fosse condição absoluta já que a centralização de poder se verificou nos países de influência protestante<sup>12</sup>). E isto aconteceu apesar da tradição aristotélico-tomista não ser „favorável a uma reflexão teórico-política no sentido do absolutismo“<sup>13</sup> e dos escritos que a reflectiam não serem contestados na Península Ibérica, como foi o caso das obras do dominicano Domingos Soto (1495-1560) e dos jesuítas Luís de Molina (1535-1600), Francisco Suarez (1548-1617) ou João de Mariana (1536-1634), entre outros.

A existência da Inquisição e da quase ausência de heterodoxias religiosas na Península Ibérica não tornaram necessárias, como, por exemplo, em França, teorias que defendessem „uma justificação divinista do poder régio“ e, pelo contrário, permitiram que se desenvolvessem „teorias da origem „popular“ do poder régio, de que o „povo“ poderia, com a aquiescência papal, depor o rei herético, e mesmo da legitimidade, em certas condições, do regicídio“<sup>14</sup> (que fazia parte de um dos fundamentos, segundo podemos ver, por exemplo, na *Arte de Furtar*<sup>15</sup>, para a legitimidade da Restauração de 1640). Estas teorias da origem popular do poder régio, que na prática defendiam os interesses da Igreja Católica, não incomodaram os reinos alinhados com os interesses religiosos da Cúria Romana, como foi o caso de Portugal e de Espanha, mas também não impediram o processo de centralização do poder porque, no caso concreto de Portugal e de Espanha, esses interesses, sendo comuns, alimentaram por arrasto o crescente poder político, numa estratégia consciente de um assumir dos interesses católicos em termos de comunicação de Estado mas em que as razões de Estado se sobrepujavam às razões religiosas (ou à „razão de estado católica“<sup>16</sup>), como foi o caso da opção da aliança com Inglaterra, selada com o casamento de D. Catarina de Bragança.

Este processo de centralização do poder real em Espanha, tanto em relação às instituições laicas como às ingerências temporais da Cúria Romana<sup>17</sup>, que já se verificava durante a União Ibérica e convivia com as doutrinas da origem do poder popular foi de certa forma continuado com as necessárias adaptações em Portugal após a Restauração. Em termos europeus, a influência humanística

---

12 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., p. 187.

13 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., p. 220.

14 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., p. 220.

15 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., pp. 178, 179. Sobre a *Arte de Furtar* e relativamente às suas citações ver também pp. 234 e 235.

16 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., p. 225.

17 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., pp. 223 e ss.

marcada pela retórica - influenciada por Maquiavel<sup>18</sup> apesar do quase consensual repúdio das suas doutrinas - viria progressivamente a influenciar e a substituir a „dialética“ escolástica, ganhando terreno um método prático e „realista“ de encarar a política<sup>19</sup>. No caso português e ibérico<sup>20</sup>, impera a cultura do catolicismo que influencia mesmo a vaga humanista verificada no nosso País e a mentalidade escolástica acaba por se traduzir no formalismo barroco que aliado à „retórica“ humanista acaba por definir a forma de comunicação do poder do período moderno e que, apesar da leveza e aparente „futilidade“ do „espectáculo“ na sua exteriorização formal, tem objetivos muitos práticos, consistentes e bem definidos inseridos nas estratégias „realistas“ de fazer política. A literatura política da época da Restauração refletia essa orientação prática, e cada vez mais e „à medida que a retórica ia substituindo a dialéctica como arte de exposição, parece ter-se a noção que tais escritos deveriam ser de fácil captação, de maneira que a lição por eles transmitida pudesse ser aprendida sem dificuldade“<sup>21</sup>. Portugal defendia assim, para legitimar a sua Restauração, uma „prática „política“ cristã“ ou católica“ que se contrapunha à tirania espanhola identificada, pelos autores portugueses, com a „política“ maquiavélica e bodiana“<sup>22</sup>.

Em Portugal, a progressiva centralização de poder na figura da rei, que já se tinha vindo a verificar desde D. João II, poderá ter adquirido, devido à Restauração, e por essa mesma contingência única à época no panorama europeu, características muito próprias, se tivermos em conta que, mais do que qualquer outra nação, os súbditos portugueses sentiam a importância da existência e da conservação de um rei nacional. Paradoxalmente, ou talvez não, a progressiva centralização de poder no rei traduzia-se na independência e na liberdade da nação e a afirmação de uma sociedade de corte (sobretudo no caso português com sessenta anos sem uma verdadeira corte nacional) revelava-se na afirmação da lealdade e da disponibilidade da nobreza em torno do rei e na defesa da pátria. Portugal era considerado, pelos portugueses, um país com uma vocação própria e muito especial no „cosmos“ cristão e o seu rei, a sua dinastia, tal como as anteriores, tinha sido escolhida por Deus para uma missão espiritual.

A consagração da Coroa portuguesa por D. João IV a Nossa Senhora tem a nosso ver vários significados simbólicos inseridos numa retórica de afirmação da nacionalidade que foi essencial na forma „portuguesa“ de centralização de poder.

18 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., pp. 236, 237, 238  
Acerca das evidências sobre a leitura de Maquiavel em Portugal consultar as pp. (e notas) 236, 237, 238.

19 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., p. 224.

20 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., pp. 76, 77, 78.

21 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., p. 140.

22 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., pp. 232, 233, 240.

Por um lado, a coroa, símbolo da identidade nacional, nunca mais poderia ser „usurpada“ por nenhum outro reino pela invocação da proteção divina (mais nenhum outro rei, sobretudo outro rei estrangeiro, a poderia usar como na prática aconteceu) e, por outro lado, o carácter sagrado era conferido à coroa, e não à figura do rei, sendo este apenas o seu mero servidor e o „executor“ da vontade divina, o que também conferiria à dinastia brigantina uma „justificação“ e uma „proteção“ especiais. Esta dimensão, a nosso ver, confere um carácter único à dimensão do poder régio em Portugal, uma espécie de identidade e funcionalidade simbólica da „trindade“ rei, pátria e Deus, cuja importância espiritual nivelava, ou até suplantava, na prática e no sentimento (de que a parenética do Padre António Vieira é sintomática), embora não assumidamente em termos políticos e diplomáticos, a da Santa Sé.

Assim, apesar de Portugal adoptar uma cultura tradicional, conservadora<sup>23</sup> e ortodoxa (com elevado espectro devocional místico)<sup>24</sup>, seguindo „religiosamente“ a política tridentina tanto até 1580 como depois de 1640 (e apesar do não reconhecimento imediato da dinastia brigantina pela Santa Sé), na prática não impediu, por exemplo, que Portugal não hesitasse em estabelecer a aliança com a Grã-Bretanha, selada pelo casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, um casamento que nunca poderia ser „católico“ pela diferença de religião dos nubentes, o que traduz que, para Portugal, os interesses políticos de soberania nacional se sobrepueram à observância estrita da fé religiosa.

A importância da política de casamentos como forma de estabelecer alianças favoráveis fez-se sentir desde o início da Restauração. Foi o caso do projecto de casamento de D. Teodósio com Mlle. De Montpensier, filha do Duque de Orleães, liderado pelo Padre António Vieira como forma de obter uma primeira aliança com França, que incluía desde logo, como condição, a abdicação de D. João IV em favor do filho e a regência do Duque de Orleães até à maioria de D. Teodósio, dando início a um novo reino ultramarino nos Açores e no Brasil liderado por D. João IV (o que demonstra bem que a importância e a sacralidade da nação suplantam a figura do rei). Esta aliança seria conseguida só mais tarde com D. Afonso VI, mas entretanto D. Catarina de Bragança já tinha sido o „penhor“ de uma aliança poderosa com Inglaterra<sup>25</sup>.

## Curialização e cultura de corte

Precioso contributo na nossa interpretação das mentalidades da época

23 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., p. 127.

24 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., p. 132.

25 TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Ed. cit., pp. 337 e ss. (Notas).

moderna, Norbert Elias<sup>26</sup> destaca a organizaçāo meticulosa do cerimonial como forma de controle sobre os cortesāos pelo rei, em que os gestos traduzem prestígio e hierarquizaçāo de poder mesmo nos atos mais íntimos da família real e em que a etiqueta é a manifestaçāo exterior aparentemente estável de um dificeil e instável equilíbrio de poderes. Elias compara a sociedade de corte a uma „Bolsa de Valores“ em que as cotações pessoais sobem e descem consoante o valor „facial“ ou aparente e o poder efetivo dos cortesāos, com um tipo de racionalidade própria em que o prestígio e o poder – a posiçāo social, a herança de linhagem, a elevaçāo de espírito, as boas maneiras, a elegāncia ou a beleza, as alianças que se conquistavam e os serviços prestados – sāo os valores imateriais que se traduzem nos valores materiais de riqueza efectiva, que os diferenciam dos demais e em que a etiqueta e o cerimonial sāo a „linguagem“ formal de aparências que permite a comunicaçāo, ao mesmo tempo que estabelece as diferenças pelas distâncias, entre todos:

*Submetendo-se à etiqueta, não se uniam por „amor a uma coisa“. O seu ser, a manifestaçāo do seu prestígio, a distância que os separava dos seus inferiores, o reconhecimento dessa distância pelos superiores, tudo isto era, para eles, um fim em si. Ora, era na etiqueta que esta distância, enquanto fim em si, encontrava a sua expressāo mais perfeita. Era um argumento teatral da sociedade de corte onde se alinhavam hierarquicamente as situações de prestígio. (...) A etiqueta „em acçāo“ é portanto uma „auto-representaçāo“ da corte. Cada um – a começar pelo rei – se certifica, através dos outros, do seu prestígio e da sua posiçāo de força relativa. (...) O prestígio adquire todo o seu valor na sua confirmaçāo pelo comportamento. A importāncia que se atribui à demonstraçāo do prestígio, à estreita observāncia da etiqueta, não é uma „caça às aparências“, mas a confirmaçāo daquilo que é essencial para a identidade individual de um cortesāo.<sup>27</sup>*

Um cerimonial que apesar de poder ser sentido como um fardo não admitia reformulações já que estas poderiam implicar perda de prestígio e de beneficeios adquiridos que estabeleciam a cotação do cortesāo perante os seus pares e perante o rei. Segundo Elias, estava em jogo a pertença a uma elite e a competiçāo pelo prestígio que determinavam a sua identidade e a sua existēncia social: „O cortesāo não ia à corte por depender do rei: aceitava a sua dependēncia do rei porque só a vida de corte e no seio da sociedade de corte lhe permitiam manter o seu isolamento social face aos outros, garantia da salvaguarda da sua alma, do

---

26 ELIAS, Norbert – *A sociedade de Corte*. Ed. cit., pp.59 e ss.

27 ELIAS, Norbert – *A sociedade de Corte*. Ed. cit., p. 92.

seu prestígio de aristocrata de corte ou, por outras palavras, da sua existência social e da sua identidade individual<sup>28</sup>.

De forma a poder viver com desenvoltura na sociedade de corte, o cortesão deveria cultivar algumas qualidades, tais como a arte de observar os outros e a si próprio, para no primeiro caso decifrar o significado mais profundo ou obscuro das intenções dos outros para melhor os manobrar e, no segundo, treinar a sua própria impenetrabilidade<sup>29</sup> sob uma máscara de aparente afabilidade, já que os sentimentos eram um sintoma de inferioridade numa lógica de controle de afetos que define a racionalidade da sociedade curial em que impera a valorização da forma sobre o conteúdo. O rei e a família real eram preparados para levar ao máximo expoente todas estas qualidades essenciais para assegurar a sua glória: „A glória era para o rei o que a honra era para o nobre. Mas a autoglorificação da sua existência social e a sua sede de prestígio tinham uma intensidade muito maior que a de todos os „grandes“ do reino, na exacta medida em que o seu poder ultrapassa o deles. O desejo do rei não só de exercer o seu poder como de o manifestar pelo meio de actos simbólicos, de ver o reflexo do seu triunfo sobre os outros nos seus actos de obediência e de submissão – era isto a glória – é uma prova de força das tensões que devia saber controlar e manipular com atenção, sob pena de perder as rédeas do comando do poder.“<sup>30</sup>

Nuno Gonçalo Monteiro<sup>31</sup> chama a atenção para o facto de a coroa representar a única fonte de acumulação de rendas e remuneração de serviços para a elite aristocrática da dinastia brigantina de meados do século XVII. Afastada das suas terras e distanciada da nobreza de província, era legitimada pelo serviço ao rei como „a primeira nobreza da Corte“, ao contrário do século XVI e princípios de XVII em que eram os casamentos a principal fonte de acumulação de riqueza patrimonial entre os nobres, o que denota a crescente curialização da nobreza portuguesa a partir de meados de século XVII. Neste contexto, e após 1640, a nobreza desligou-se progressivamente do exercício dos poderes senhoriais, cujas rendas, na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, representavam uma percentagem diminuta dos seus rendimentos<sup>32</sup>. Publicada em 1825, uma das obras<sup>33</sup> da época mais referenciadas sobre este assunto chamava a atenção para o facto de que a nobreza dependia das doações reais não

---

28 ELIAS, Norbert – *A sociedade de Corte*. Ed. cit., p. 74.

29 ELIAS, Norbert – *A sociedade de Corte*. Ed. cit., pp. 79 a 81.

30 ELIAS, Norbert – *A sociedade de Corte*. Ed. cit., p. 110.

31 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Ed. cit., pp. 198 e 233.

32 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Ed. cit., p. 92.

33 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Ed. cit., p. 208. „Revolução AntiConstitucional em 1823, suas Verdadeiras Causas e Efeitos“, Londres, 1925 p. 23 (atribuído a José da Silva Carvalho ou a Francisco Simões Marchiochi).

só para sustentar o „splendido da sua Jerarchia, mas literalmente para comer“, comparando esta sujeição económica com a independência da nobreza inglesa reforçada pela sua riqueza territorial. Giuseppe Gorani<sup>34</sup> escrevia, em meados do século XVII, em França, que a aristocracia portuguesa não era rica e que as doações da Corte, sobretudo comendas, que equivaliam a mais de metade dos bens das famílias nobres poderiam ser recuperadas pelo rei porque este teria assegurado a reserva real de direitos. A lógica da sua identidade como grupo estava fundada na convicção que em situações de grande necessidade seria a monarquia e as suas intuições a prover os meios necessários à sua resolução, o que resultava na absoluta fidelidade da grande nobreza à coroa.

Para além desta apertada dependência da coroa e das suas instituições, Gonçalo Monteiro<sup>35</sup> realça ainda a fortíssima tendência de endividamento desta nobreza de corte com o argumento de manter a sua „decente sustentação“, os padrões de vida e de consumo cuja dimensão englobava todos os meios necessários a promover e a manter as novas sociabilidades que implicavam a existência nesta sociedade de corte e que os relatos que adiante descreveremos bem atestam. Assim, a maior parte das casas dos Grandes estaria fortemente endividada em meados de Setecentos, „dos quais boa parte nunca mais se recompôs, ao mesmo tempo que um número variável de outras foi caindo, durável ou transitoriamente, em situações de aperto financeiro.“, sobretudo com gastos cujo „peso maioritário e descomunal“ raramente tinha a ver „com investimentos ou despesas de exploração“ mas sobretudo com a cozinha, a criadagem, a cavalaria, roupas e ornamentos, consistindo esta na „grande singularidade do modo de vida da aristocracia da sociedade portuguesa da época.“<sup>36</sup>.

Gonçalo Monteiro considera a alta nobreza portuguesa como uma das mais curializadas da Europa, apesar do ambiente austero, em termos de „gosto e dos rituais de corte portugueses“ que nela se vivia fora da época dos acontecimentos festivos, residindo na corte e definindo-se pela participação dos seus círculos, distinguindo este autor a efetiva curialização (em termos políticos e económicos) da cultura de corte que em Portugal, no período após a Restauração até finais de Setecentos, se caracterizaria, conforme foi registado pelos relatos de viajantes estrangeiros, pelo „gosto severo, estilos tradicionais, fausto limitado, escassas distrações e até pela resistência aos costumes das «novas cortes» dos Habsburgos e dos Bourbons“. Este facto levou erradamente a que Portugal fosse considerado um reino com uma „society sans Cour“ pelos

---

34 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Ed. cit., p. 207.

35 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Ed. cit., pp. 417 e ss.

36 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Ed. cit., pp. 495 e ss.

autores estrangeiros e portugueses estrangeirados que explicavam a austeridade pelo „isolamento cultural («ignorância») e da pequenez do reino e da relativa pobreza dos seus senhores. Não se deduzia daí literalmente a inexistência de corte. Pelo contrário, todas as numerosas fontes relativas ao reinado de D. Pedro II e à primeira metade do de D. João V são exuberantes na atribuição de uma notória relevância às disputas no interior do universo curial (...).“<sup>37</sup>.

Diogo Ramada Curto<sup>38</sup> distingue três épocas distintas na estruturação de uma sociedade de corte em Portugal, a partir do século XVI, a primeira nas cortes da primeira metade do século XVI, a segunda durante a Monarquia Dual e assinalada pela Corte na Aldeia de Francisco Rodrigues Lobo, e uma terceira fase na época posterior à Restauração, cujo momento forte se pode resumir na corte de D. João V com as suas características específicas<sup>39</sup>. A História Genealógica da Casa Real Portuguesa<sup>40</sup> e a forma como foi escrita por António Caetano de Sousa (1674-1759) é um exemplo paradigmático dessa mesma sociedade de corte já que para além do devido destaque aos membros da família real é minuciosamente descrita toda a „entourage“ nobre, com os respectivos, títulos, cargos, nomeações, ofertas dadas e recebidas até, por vezes, à exaustão para „afirmação presente“ e „memória futura“. Nesta ordem de pensamento, para o autor, é muito mais importante a descrição, para além dos factos, da ordem social, da hierarquia, dos privilégios, dos atributos, das nomeações, dos presentes, etc, ou seja, de tudo o que se possa considerar atributo da nobreza do que propriamente a descrição pormenorizada das festas, dos seus adereços e ornamentos que merecem às vezes uma mera referência acompanhada de frases de circunstância, tais como „com a grandiosidade do costume nestas ocasiões“.

O discurso de Caetano de Sousa não é o de alguém que observa de fora de forma analítica, pelo contrário, é um reflexo do „discurso oficial de poder“ sem notas dissonantes e em que tudo se processa de forma hierárquica e organizada. Nuno Gonçalo Freitas Monteiro chama a atenção para o facto deste tipo de discurso laudatório da nobreza fazer parte de uma longa tradição de literatura genealógica, anterior à História Genealógica, de que fazem parte „impressos, como os epícenos matrimoniais, os elogios, os panegíricos e as orações fúnebres“ que incluíam amplas incursões genealógicas que „votadas ao enaltecimento de uma dada personagem“, tinham como objetivo „capitalizar o seu

---

37 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Ed. cit., pp. 429 e ss.

38 CURTO, Diogo Ramada – *Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal*. In *A memória da Nação*. Organização de BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987.

39 CURTO, Diogo Ramada – *Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal*. Ob. cit., p. 226.

40 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Regia Oficina Sylvianna e da Academia Geral, 1749.

nascimento e/ou a sua obra em favor da casa que lhe dera o ser.<sup>41</sup>

Os relatos das festas dos casamentos de D. Catarina de Bragança por um anónimo e com o título *Relacion de las Fiestas que se hizeron en Lisboa con la ocasion del casamiento de La Serenissima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretanha) con el Rey Carlos II*<sup>42</sup> de que nos referiremos como *Relación* e a obra de Frei José da Natividade, *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon, ou Fasto Hymeneo*<sup>43</sup>, já se inserem num outro tipo de narrativa, mais descritiva do espetáculo, no sentido a que José Garcia Bernal chamou de „retórica da efeméride“<sup>44</sup> que se pauta pelo ideal da descrição das celebrações e regido por elas, e que predomina sobre o estilo humanista mais centrado nas memórias e nos feitos dos monarcas ou na memória histórica das cidades. Bernal destaca a figura do „monarca-actor“<sup>45</sup> nas cerimónias reais que são o „guião“ do „teatro barroco de poder“ que visa legitimar a dinastia e revalidar os laços com a nobreza, com os estratos mercantis e dos ofícios e com o povo<sup>46</sup>. O nobre tem também a sua função neste „teatro áureo“ e sai à rua com a sua mini-corte de servidores que, além de o protegerem e aconselharem, fazem parte da sua imagem pública e da sua dignidade e por isso é tão importante a forma como se vestem ou se conduzem em público, tanto no dia-a-dia como nos acontecimentos mais relevantes onde o esforço de apresentação pública se redobra, se esterotipa mas também pontualmente se suplanta<sup>47</sup>.

### Os enlances régios na afirmação de uma “sociedade de corte”

A vinda para a corte portuguesa de princesas das cortes da Europa Central - França, Áustria e Alemanha - terá porventura contribuído ou influenciado a evolução da „sociedade de corte“ portuguesa em moldes mais aproximados a um modelo de Versailles e que, entre nós, teria o seu auge com D. João V, embora seja de prever que essa influência fosse generalizada em toda Europa pelo prestígio da corte francesa. No seu estudo *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“*

41 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Ed. cit., pp. 93, 94.

42 ANÓNIMO – *Relacion de las Fiestas que se hizeron en Lisboa con la ocasion del casamiento de La Serenissima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretanha) con el Rey Carlos II*. En la Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1662.

43 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Lisboa: Oficina Manuel Soares, 1752.

44 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, 2006, p. 58.

45 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ed. cit., p. 125.

46 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ed. cit., p. 256.

47 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ed. cit., p. 397.

(1640-1754), Maria Paula Marçal Lourenço<sup>48</sup> destaca a importância destes séquitos „como grupos com forte influência política e social que facilitaram a consolidação de laços de parentesco, de interesses de facção, de grupos de pressão, contribuindo por outro lado, para a troca rica e intensa de experiências espirituais, artísticas e de ordem cultural entre diferentes reinos e estados.“ e na „transmissão de novos valores, na sua aceitação, rejeição ou adopção“<sup>49</sup>.

Esta influência começou a fazer-se sentir em Portugal, no século XVII, mesmo antes da Restauração com a vinda para Portugal de D. Luísa de Gusmão, da casa andaluza dos Medina-Sidónia para casar com o oitavo duque de Bragança, futuro D. João IV, bem como com a presença de damas e nobres portugueses, durante o período da Monarquia Dual, na corte espanhola, (e regressados a Portugal após a Restauração) onde se fazia sentir o estilo habsburgo-borgonhês, caracterizado „pela „distância“ imposta pelo monarca aos seus súbditos e por uma disciplina rigorosa na observância das regras de etiqueta dos nobres, pelas damas e pelos criados“<sup>50</sup>, o que contrastava com a grande liberalidade do estilo português. Curiosamente, terá sido Luís XIV de França a importar o cerimonial da tradição espanhola, em particular o legado de Filipe IV de Espanha, que adaptou e elevou à sua máxima potência<sup>51</sup>.

Segundo ainda Maria Paula Lourenço, „algumas das características do cerimonial de corte português, entre a segunda metade do século XVII e meados da centúria seguinte, foram beber à herança borgonhesa-castelhana as influências de um intenso fervor religioso – por vezes de pendor místico e com uma forte propensão para o recato „claustral“ – traduzidas em rituais cortesãos que mais pareciam ter sido feitos para monges e para mosteiros“, enquanto que „o Portugal Joanino saberá desenvolver muitos dos temas da iconografia do poder Absoluto, promovendo nas cerimónias públicas e privadas a imagem do soberano distante, mas amado, o pater familias, qual Sol inacessível, visto por muito poucos e por poucos servido.“<sup>52</sup>.

Este ambiente sério e algo soturno do quotidiano da corte era quebrado nos momentos de festa, nomeadamente nos enlacs reais, que deslumbravam os séquitos das princesas consortes chegadas a Portugal mas que depressa se

---

48 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. «Penélope». Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Nº29 (2003), pp.49-82

49 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 49.

50 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 53.

51 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 54.

52 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 56.

dariam conta das diferenças da vida quotidiana da família real portuguesa em relação às suas congéneres europeias, como foi o caso de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia<sup>53</sup> que, durante o seu casamento com D. Afonso VI, em vão tentou importar o modelo francês da etiqueta de corte mas que conseguiu mais tarde, como consorte de D. Pedro II, adaptar alguns aspetos da corte francesa, nomeadamente em termos políticos, como „assistir às reuniões do Conselho de Estado – onde o regente D, Pedro, inovando nos costumes portugueses, lhe passou a dar a mão direita – e governar a sua casa particular“<sup>54</sup>.

As festas nupciais da segunda consorte de D. Pedro, D. Maria Sofia de Neuburgo constituíram, segundo Maria Paula Lourenço, „a maior festividade política barroca deste reinado, sem que com isso percamos de vista a singeleza e a rotina monótona do quotidiano da Casa Real portuguesa, (...)“. Habituada ao cerimonial de corte de Neuburgo, de forte influência francesa, D. Maria Sofia queixava-se, em carta a seus pais, do „estatuto indigno das rainhas portuguesas, já que as palatinas não „(...) nascem para la rueca, ni para la ajuja, ni para parir solamente: con la sangre de tantos (...) se infunden de Espíritos de cauzas mayores“<sup>55</sup>.

Maria Paula Lourenço defende que terá sido D. Catarina de Bragança, regressada a Portugal após a morte de Carlos II, e as suas damas inglesas, que terão exercido uma maior influência na mudança de costumes da corte portuguesa, sobretudo nas áreas da moda e do vestuário, mas que facilmente contaminariam as áreas social e política:

*Se a comitiva feminina portuguesa da jovem rainha de Inglaterra fora, anos antes, alvo da sátira cortesã londrina, descrevendo-as como „feias“, „velhas“, „orgulhosas“, espartilhadas nos „guardinfantes“ e „anquinhas“ de gosto castelhano, ao regressar a Portugal, em 20 de Janeiro de 1693, o porte e traje de D. Catarina de Bragança não deixou indiferente quantos a viram entrar em Lisboa e muito menos todos aqueles que com ela conviviam diariamente. Seguindo a moda francesa de Versalbes, D. Catarina de Bragança repudiaria o uso do vestuário „nacional“, que com tanto empenho D. Pedro II impusera a sua irmã. Ao que tudo leva a crer, terá encabeçado uma „insurreição“ feminina que contava com o apoio de D. Maria Sofia de Neuburgo e das damas da corte, no sentido de obterem a autorização de trajarem „à francesa“. Exigência*

53 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 59.

54 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 61.

55 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 63.

*a que D. Pedro se viu forçado a aceder, abandonando-se, em definitivo, na corte portuguesa, o vestuário de influência castelhana. O séquito feminino que D. Catarina trouxera de Inglaterra parece ter tido, sobretudo nestes primeiros anos, algum papel activo no interior da Casa de D. Maria Sofia de Neuburgo, aconselhando a rainha portuguesa em matérias de protocolo, de moda e de convívio social. Vários são os indicadores que sugerem as tentativas, quase sempre frustradas, por parte da comitiva inglesa no sentido de alterar a monotonia rotineira e quase monástica da vida palaciana portuguesa*<sup>56</sup>.

Desencorajadas, a maior parte das damas inglesas do séquito de D. Catarina terão regressado a Inglaterra, mas a consorte de Carlos II de Inglaterra terá sido regente por duas vezes, não sem grande oposição interna<sup>57</sup>, o que apontava para concessões díspares de poder político e que espelham já provavelmente o início de uma transição para uma centralização de poder efectiva que se viria a concretizar em breve: „D. Catarina estava, desde à muito habituada ao protocolo de uma monarquia „absoluta“; por seu turno, os titulares portugueses defendiam acerrimamente as prerrogativas dos Grandes no interior do Conselho de Estado”<sup>58</sup>. O casamento de D. João V, com a princesa austríaca D. Maria Ana, com a „sua „entourage“ alemã (...) enquadrados já numa realidade cortesã, em que a festa profana e o convívio de salão eram elementos inquestionáveis de uma sociedade de Corte”<sup>59</sup>, terá tido eventualmente uma influência na corte mais ao estilo de Versailles da época barroca.

Desde D. Luísa de Gusmão até D. Maria Ana de Áustria, a escolha pela Casa de Bragança de princesas consortes pelo poder e prestígio internacional das suas cortes, envolvendo avultados dotes, justificava-se pela forma como poderiam elevar a imagem da corte portuguesa aos níveis europeus, concluindo assim Maria Paula Lourenço, de que „foram, em larga medida, as mulheres e os homens que vieram nos séquitos das Rainhas para Portugal, alguns dos „diplomatas“ mas bem sucedidos na divulgação das tradições, dos gostos, e dos costumes das suas terras e das suas „culturas”<sup>60</sup>.

Joaquim Ferreira Alves<sup>61</sup> distingue cinco etapas que caracterizam a maior

56 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 65.

57 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 65.

58 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 66.

59 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 66.

60 LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da „Sociedade de Corte“ (1640-1754)*. Art. cit., p. 73.

61 ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O „Magnífico Aparato“: Fromas da Festa ao serviço da Família*

parte dos enlaces régios: „negociação prévia, por vezes longa e difícil; embaixada à corte da princesa escolhida; jornada para Portugal, recepção em Lisboa e festejos e entrada pública”<sup>62</sup>. O autor refere que no espaço por excelência das festas, a cidade, se observa a sua transformação através da arte efémera numa dimensão imaginativa que rompe com o quotidiano, através de estruturas decorativas e a decoração através da luz, as luminárias (a que estavam associadas pinturas e „dísticos alusivos ao acontecimento e à Família Real”), „que faziam da noite o prolongamento do dia e introduziam a fantasia e a ilusão na cidade através das composições que de noite se faziam nas fachadas dos edifícios (...), encontramos sempre a obrigação de todos os moradores da cidade ou vila iluminarem as fachadas das suas casas durante três dias sucessivos”<sup>63</sup>, chegando a distribuir-se, para o efeito, azeite pela casa das pessoas mais pobres. Ferreira Alves destaca, nessas arquiteturas decorativas, as estruturas comemorativas (obeliscos, colunas triunfais, mastros), que „levantados ao longo do percurso das entradas públicas, custeados principalmente pelos ofícios e pelas „nações estrangeiras”, eram construções efémeras, geralmente de grande qualidade artística, que continham, através dos elementos decorativos, uma grande carga simbólica e laudativa”<sup>64</sup>, e as estruturas funcionais elevadas para touradas e representações teatrais.

Diogo Ramada Curto salienta o „estatuto ambíguo, entre o público e o privado” dos casamentos reais, em que, desde D. Catarina de Bragança até ao duplo enlace de 1726, dos príncipes do Brasil e dos príncipes das Astúrias, a „circulação de mulheres constitui uma espécie de tempo forte das relações entre os estados”<sup>65</sup>, com destaque para o casamento de D. Pedro II e Maria Sofia Isabel de Neuburgo, em 1687, que „assinala um dos momentos altos de utilização do casamento régio pelos dispositivos de propaganda do rei absoluto. O casamento vai apresentar-se sob a forma ritual de uma entrada, com os seus arcos de triunfo, que mais uma vez assinalam uma orientação cenográfica própria das formas arquitectónicas efémeras. Mas o mais importante é que a entrada se encontra destituída do seu conteúdo contratual, entre a cidade e o rei, para servir a afirmação dos actos pessoais do monarca absoluto (em detrimento da impessoal dignidade dos reis)”<sup>66</sup>.

---

*Real no século XVIII*. «Registos da História». Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto. Volume 11 (2001).

62 ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O „Magnífico Aparato”: Fromas da Festa ao serviço da Família Real no século XVIII*. Art. cit., p. 161.

63 ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O „Magnífico Aparato”: Fromas da Festa ao serviço da Família Real no século XVIII*. Art. cit., pp. 192, 193.

64 ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O „Magnífico Aparato”: Fromas da Festa ao serviço da Família Real no século XVIII*. Art. cit., p. 195.

65 CURTO, Diogo Ramada – *Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal*. Ob. cit., p. 263.

66 CURTO, Diogo Ramada – *Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal*. Ob. cit., p. 262.

As festas profanas podiam tomar a forma de cortejos, apresentações de música e canto, danças e bailes, banquetes, refrescos e ceias, fogo de artifício, e touradas, entre outros. O exotismo faz parte da retórica visual de poder através de um „discurso hiperbolizante“ patente em muitos dos cortejos e apresentações, como é o caso do cortejo do casamento de D. Catarina de Bragança, com a „presença“ de reis etíopes e animais de continentes distantes trazidos à realidade através de fatos e máscaras. Em outras situações, como foi o caso dos remadores do bergantim de D. Pedro II, o exotismo do vestir ao „uso africano“ é complementado pela ostentação dos „galões dourados“ como se ao todo poderoso rei fosse possível recriar uma „realidade“ mais „perfeita“ ou o melhor de todos os mundos. Outras características destes festejos são, entre outras, a distribuição de esmolas, libertação de presos e dotações a orfãs. Nos relatos coevos marcados constantemente pela ideia de que a capacidade produtiva das encenações reais ultrapassa a imaginação, o sonho ou qualquer ideal, encontramos em grande destaque dado aos vestuário (tanto da nobreza como dos seus servidores) e às jóias (os enxovais das princesas são minuciosamente descritos, como no caso da princesa do Brasil por Frei José da Natividade), ao número de lacaios que fazem parte da encenação das festas. Todos os adereços que impliquem prestígio são também referidos, tais como o número e qualidade de coches, o número de cavalos e a sua descrição e atuação, sobretudo nas touradas, o número e tipo de profissionais que acompanham o rei, para além da nobreza, como é o caso da deslocação da corte de D. João V para o Caia.

#### **D. Catarina de Bragança e Carlos II da Grã-Bretanha**

A Infanta Catarina de Bragança, terceira filha de D. João IV, nasceu em Vila Viçosa, em 25 de Novembro de 1638, dia de Santa Catarina, virgem e mártir, cerca de dois anos antes da Restauração de 1640. As negociações do enlace de D. Catarina com Carlos II de Inglaterra foram efetuadas e concluídas já durante a regência de D. Luísa de Gusmão, após a morte de D. João IV e na menoridade de D. Afonso VI, apesar das insistências da Coroa espanhola para que Carlos II optasse por princesas espanholas ou protestantes. O casamento, aprovado pelo Conselho de Estado britânico e comunicado ao Parlamento em 1661, foi objeto de um Tratado de Paz e de Casamento do qual constavam vinte artigos públicos e um secreto, neste último constando que o monarca inglês se obrigava a mediar a paz entre Portugal e a Holanda e caso não o conseguisse enviaria uma armada à Índia, tomaria posse de Bombaim e faria guerra aos holandeses. Este Tratado é uma das características mais distintivas deste enlace em relação aos restantes três enlances nupciais que aqui analisamos, já que nele reside a importância política pragmática da aliança entre os dois reinos. Este

tratado que incluía a entrega das praças de Tanger e Bombaim, esta última com a justificação que „para ficarem daquelle porto mais promptas as suas Armadas para socorro das Praças de Portugal na Índia“<sup>67</sup>.

Em troca de todas estas e outras vantagens a Grã-Bretanha comprometia-se a dar um apoio incondicional a Portugal<sup>68</sup>, em termos bélicos e políticos, que a ser cumprido, praticamente garantiria a independência portuguesa. D. António Caetano de Sousa enfatiza a contrapartida às grandes vantagens proporcionadas por Portugal a Inglaterra e passa a descrever o que, em termos práticos, constitui o enlace entre um rei protestante e uma princesa católica em 21 de Maio de 1662, cujo relato é de cariz mais político e histórico do que propriamente descritivo das festas e dos festejos havidos é feito com base em obras coevas, das quais destacamos a *Relacion de las Fiestas que se hizeron en Lisboa con la ocasion del casamiento de La Serenissima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretanha) con el Rey Carlos II*, anónimo e impresso, em 1662, nas oficinas de Henrique Valente de Oliveira, que descreve de forma mais minuciosa do que a „História Genealógica“ as festas propriamente ditas e inicia a sua narrativa sublinhando a sua utilidade, em termos de sucessão e amizade entre os reinos, e justificando o relato com o testemunho para memória futura que tudo tinha sido feito correta e devidamente<sup>69</sup>.

A narrativa da *Relacion* destaca a atitude de D. Catarina, „cuya presencia, verdaderamente digna de Imperio, alegrava a todos“<sup>70</sup>, o *Tê Deum* na Capela Real, os fogos de artifício, as janelas do palácio real iluminadas por „luminárias“, a procissão de Acção de Graças, salvas de artilharia, trompetas e clarins, danças, ruas ornadas de tapetes e sedas, „ventanas mucho mejor de damas, que entre las grandezas de Lisboa han sido siempre su mejor ornato y esplendor“<sup>71</sup>, e as festas de touros durante os três dias de celebração dos quais se destacam as imponentes estruturas do lugar, cobertas de sedas, brocados e telas de prata e ouro, culminadas por uma bandeira de doze varas de damasco branco e franjas de ouro com as armas reais de Portugal, numa clara ostentação da recente restauração, que o autor considera que se não fosse para tão ilustre propósito poderia pensar-se serem excessivas em trabalho e despesa para apenas três dias de festas<sup>72</sup>.

O autor exalta as dimensões e sumptuosidade da Praça do Palácio como as

---

67 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, p. 228.

68 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 289 a 291.

69 *Relacion*. Ob. cit., p. 21.

70 *Relacion*. Ob. cit., p. 22.

71 *Relacion*. Ob. cit., p. 22.

72 *Relacion*. Ob. cit., pp. 22, 23.

melhores da Europa, e a construção efémera que suplanta mesmo o Coliseu de Roma: „Es aquella Plaza, sin cõpetencia, la mayor y mejor que tiene Palacio, ó Ciudad en Europa: y teniedo de las dos partes el nobilissimo edificio del Palacio, y de las otras dos aquella grãde, y bie ornada fabrica, no se puede negar que excedia mucho al insigne Amphiteatro de Roma“. A assistência, entre nobreza engalanada e inumerável povo, parecia „un Mundo abreviado“ transmitindo a interessante sensação ao leitor de que tudo o que era importante estava ali naquele momento. O cortejo consistia em vinte e quatro carros „enramados a lo fresco“, cada um puxado com duas mulas, doze delas cobertas de branco e verde, as cores da Casa de Bragança, e outras doze de branco e „nacar“, todas com guarnições de prata e escudos das armas de Portugal e Grã-Bretanha. Seguiram-se danças, as „folias“, cantadas com acompanhamento de vários instrumentos, por homens e mulheres vestidas de sedas e damascos de várias cores.

As festas de touros, que incluem a tourada propriamente dita, intervalada por danças e outros festejos, são descritas pelo autor com muito pormenor nas cores, nos tecidos e nos ornamentos de prata e ouro de todas as vestimentas dos intervenientes, tanto da nobreza como dos respectivos lacaios, os vinte e quatro toureiros a pé vindos de diferentes partes do reino para o entretenimento daquele primeiro dia, a nobreza que toureia a cavalo e que entra na praça com dezenas de lacaios vestidos a rigor com as cores de Portugal e da Grã-Bretanha, cuja exuberância ornamental contrasta com a sobriedade dos nobres – o negro tão em moda na elite das cortes ibéricas da época - como se estes fossem uma espécie de ornamento do mesmo: „Al quarto, o quinto toro salio el Conde de Serzedas: saco sessenta lacayos, con calçon de fina escarlata randada de plata, jubon de raso quasi del mismo color, con la misma guarnicion, medias y çapatos blancos con cintas coloradas, sombreros pardos, plumas blancas, y roxas, espadas plateadas; y otros veinte lacayos vestidos de raso verde rãdado de oro, medias pagiças, çapatos blancos, espadas doradas, sombreros negros, plumas de colores diferentes. Y otro lacayo que le dava los rejonos, vestido de telillas blancas, y coloradas, cõ guarnicion de oro, y plata acuchillado, y cõpuesto con un tal artificio, que parecia vestido de plumajes. El conde vestia de negro, pero muy galan“. O apelo visual deste discurso tipicamente barroco é complementado pela transmissão da sensação de movimento do cavalo a entrar na praça com tal destreza que parecia que a fazia tremer: „Montava un cavallo rucio, que pisava la Plaza con tal brio, que parecia que cada passo la dexava temblando, y en discurso de la tarde mudó otros sinco a qual más hermoso, y tan hijos del viento en lo ligero, que acreditavan la opinion antiga acerca de concebir del Fabonio la yeguas delas riveras del Tajo. (...) mostró tanto esplendor, tanto acuerdo, tanta destreza, y concilió tanto agrado, que a aquel verdaderamente pudo llamar su

dia<sup>73</sup>.

Uma descrição do segundo dia de tourada mostra a geral afeição a esta arte partilhada também pelo autor que não resiste a realçar a supremacia do nobre português, também vestido de negro, sobre os castelhanos: „Salió a torear el Códde de la Torre ya conocido en esta palestra, y bien conocido, y temido de los Castellanos. Vestia tela negra, y oro con guarnició en brodadura de azero harto peregrina; trahia algunas de sus joyas, que haze un tesoro grãde“. O seu cavalo estava decorado com jóias tão ofuscantes como se fosse um dos condutores que trouxesse o Sol do nascente para ocidente com todas as jóias do Oriente, mais uma vez num discurso em que domina o sentido da visão e do movimento: „Domava un cavallo castaño escuro ricamente ajaezado, las crines y el copete có laços de flores artificiales entre diamantes, qual si fuera uno de los cóductores del Sol, que llegara con toda la pedraria del Oriente; batia la terra con un tal desprecio, que mostrava venir ufano, ù de las riquezas que posehia, ù del dueño que le governava“. Destaque para os lacaios que para além de ricamente vestidos „a la Portuguesa de chamilote encarnado, y oro, randado de plata, y oro, medias del mismo color; çapatos y sombreros blancos con sus plumas“ traziam no peito um bordado a ouro de uma coroa imperial com duas letras C contrapostas, iniciais de Carlos e Catarina e uma mensagem que dizia „UNO IMPERA, Y OTRO REINA“<sup>74</sup>.

O Conde de la Torre faz várias entradas com diferentes cavalos e de cada vez entra com dezenas de lacaios alternadamente vestidos à portuguesa ou à inglesa sendo que à quinta vez entrou com cento e onze lacaios de diferentes librés, com destaque para „la variedad de sus colores, el luzido del oro, y de la plata, la diversidad de plumajes“ e em que a realidade, segundo o autor, superava a mais inventiva imaginação, já que enquanto parados lembravam um campo matizado de flores em plena Primavera e quando se moviam „parecia que el Zefiro blandamente las meneava, todas las descripciones tienen sua adorno, ó sus hyperboles: aqui la verdad excedió a las palabras, pues ni la imaginación pudiera llegar a lo apacible de aquella vista“<sup>75</sup>.

Dos festejos constava um desfile, o „triunfo de la Concordia“, cujo exotismo de etiopes verdadeiros (destacando a felicidade dos mesmos) e falsos (a distinção entre verdadeiros e falsos acrescenta valor e prestígio ao desfile, já que o „faz de conta“ se insere numa retórica de encenação que traduz a capacidade recriadora) e da figuração de animais raros, a cavalo, evocavam os Descobrimientos e o Império, uma espécie de pequena e simbólica arca de Noé, como se de um povo

---

73 *Relacion*. Ob. cit., p. 23.

74 *Relacion*. Ob. cit., p. 24.

75 *Relacion*. Ob. cit., p. 25.

escolhido se tratasse, desfilando na praça metonimicamente transformada em „cosmos“ como se todo o mundo conspirasse nesta união, que teve lugar alguns dias depois dos três dias de festejos por causa da chuva:

*Al son de trompetas a cavallo, marchavan en primer lugar también a cavallo dos figuras de Reyes Ethiopes, vestidos de tafetan negro tan ajustado al cuerpo, que parecia el natural; y luego se ornava aquella desnudez con diademas de plumas de varios colores en la cabeça, perlas finissimas en las orejas, y narizes, naillas de oro en los braços y piernas, y de otros adereços, que a su modo ostentavan una Magestad bien galana. Yvan acompañados de muchos Ethiopes verdaderos a pie, tambien desnudos, mas ornados al suso de su tierra, y con arcs, flechas, y otros instrumentos belicos, saltando, y bailando ligeros, mostrando bien la alegria, que en ellos se representava, de las naciones más estrañas, por la felicidad de la Concordia presente. Seguianse a parejas de dós en dós, figuras de los principales animales, aves y pescados, todos a cavallo con gentil traça, figurados tan al vivo, que los ojos, dexandose engañar del artificio; y no dudando que veian el natural, solo miravan, y los oídos atendiam si alli el Aguila espiculava el Sol, si hablaba la Arara, si cantava el cisne, si rugia el Leon, si mujia el Toro, si lutava el Osso, si esgrimia el Elefante su trompa, y el Iavali su diente, si el Ciervo corria, si el Perro ladrava, si el Carnero toperava, si la Mona reia, si el Cocodrilo llorava, si la Serpente filuava, y por poco no corrieron los marinetos a sus navios, para librarlos de algun encanto, quuando advertieron, que en ultimo lugar venian dos Sirenas servidas de peces, y monstros marinos<sup>76</sup>.*

Esta exuberante representação de uma natureza poderosa e desconhecida mas submetida a uma nação „escolhida“ é complementada por um grande „carro Triunfal a manera de nave, todo cubierto de chamilote verde, y plata có guarnició de passamanos de oro, y en los bordos muchos ramilleros de flores artificiales“, ou seja, representando um navio, puxado por dez belissimas vacas negras conduzidas por três cocheiros vestidos de veludo carmesim guarnecido a ouro. Na proa, uma figura representa a Fama „coronada de diadema de oro, y diamantes, el pecho coajado de cadenillas de oro, tan bien asentadas, y juntas, que no dejavan ver qual era la tela que cobrian: y aquel bordado se matizava de flores fingidas de pedrarias varias, cuyo valor se afirmava passar de duzientos mil escudos, y que en esto era menor la fama que la verdad. El restante del vestido era de seda sutilissima blanca, có flores de oro, sus aalas de blancas plumas, en la mano una trompeta de plata<sup>77</sup>“, ou seja, em que a realidade da riqueza da

<sup>76</sup> Relacion. Ob. cit., pp. 26, 27.

<sup>77</sup> Relacion. Ob. cit., pp. 26, 27.

representação supera o próprio simbolismo da figura.

Aos pés da Fama e em posição „inferior“ estão sentados duas figuras de homens „vestidos a la Ingleza“ e no convés estão sentados oito músicos com diversos instrumentos. No „castelo“ da popa duas figuras simbolizam Portugal e Espanha, a primeira por um „venerable anciano, vestido al Portuguez antigo,“ e a segunda por um „gallardo joven, vestido a la Ingleza“, ambos ornados de jóias de grande valor e ostentação, como diamantes, prata, ouro e madreperola, junto aos quais duas colunas ostentam as armas reais de cada nação enlaçadas por faixas encarnadas, ostentadas pela Concórdia, sentada em posição eminente com o seu diadema imperial de ouro e pedras finíssimas. Chegado o carro a um palco estrategicamente colocado junto da janela onde a família real se encontrava dançaram as figuras ao som da música, antes de abandonar a Praça do Palácio pelo Rossio, deixando todos aqueles que observavam com a impressão de estarem num momento irreal, já que levavam „traz si la attention de los que una, y otra vez miravan, y se consideravan la propiedad de las ficiones, la riqueza de los adornos, y el esplendor de todo o que se offerecia a los ojos, y a la admiracion“<sup>78</sup>. Não é possível deixar de notar em todo este „discurso“ a supremacia e a antiguidade (leia-se legitimidade) da nação lusa e da importância do seu grande império ultramarino, destinando-se este desfile a reportar o grande valor em termos materiais e simbólicos que Portugal significa na „balança“ do enlace real.

A partida de D. Catarina a 23 de Abril, dia de S. Jorge, patrono de Portugal e de Inglaterra, é assinalada, em termos festivos, pela decoração exterior das ruas da cidade que é comparada pelo autor à de uma igreja, tendo ainda a característica de trazer para o exterior o „conforto“ e a riqueza dos espaços interiores, já que a Relacion descreve que as casas estavam exteriormente cobertas „no solo de buenos tapizes, y colgaduras de ricas telas y sedas, mas aun sobre esto tan brincadas de quadros, guarniciones, passamanos, randas de plata, y oro, que toda aquella parte de la Ciudad (siendo en distancia una Ciudad entera) parecia en el adorno una Iglesia de las que en Lisboa en dia de festa muy solenne suelen adornarse muy de espacio con la mayor curiosidad“. Da responsabilidade dos ofícios foram construídos „doze fabricas, y arcos de madera“ cobertas de telas de tecido, sedas, pinturas, prata e ouro de que se destacava, expressamente cinzelado durante dois dias só para o efeito o arco em prata dos artesãos do ofício, destacando o autor a capacidade da cidade de produzir tanto efeito em apenas dois dias de trabalho<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> *Relacion*. Ob. cit., pp. 26, 27.

<sup>79</sup> *Relacion*. Ob. cit., p. 30.

Relativamente a esta descriçáo, a História Geneol6gica<sup>80</sup> faz assim um relato mais formal, detendo-se sobretudo nos pormenores dos membros da nobreza que de alguma forma fizeram parte do processo ou participaram das cerim6nias, tanto os portugueses como os britânicos, não esquecendo uma nomeaçáo que „a Rainha em atençáo deste negociado fez Marquez de Sande ao Conde da Ponte“. Igualmente destacada é a grandeza da armada britânica, „que havia conduzir a Rainha, que constava de catorze naos de guerra, cinco sumacas, e huma barca“, numa das quais „embarcaraõ mil caixas de assucar“<sup>81</sup>. A etiqueta é rigorosamente mencionada, como no caso em que o Conde de Sandwich recebe o Infante D. Pedro „dando-lhe sempre a porta, e a melhor cadeira, e depois de se cobrir, estando sentado, se levantou, e descobrindo-se, deu o recado delRey“. D. Catarina já é considerada formalmente rainha de Inglaterra e é assim que ela é mencionada no relato. As formalidades são criteriosamente assinaladas: a audiênciã junto de D. Afonso VI e D. Luísa de Gusmão por parte do Embaixador britânico, a troca de correspondência entre Carlos II e D. Catarina e D. Luísa. A partida de D. Catarina a 23 de Abril de 1662 é minuciosamente descrita, desde o momento em que sai dos seus aposentos, até chegar ao navio, em cortejo, „precedendo sempre a Rainha de Inglaterra no melhor lugar“ e com uma pequena e interessante referênciã à „teatralidade“ ou encenaçáo da intimidade „pública“ entre D. Catarina e a Rainha-mãe:

*(...) e chegando ao topo da escada, que vay para o pateo da Capela, se deteve a Rainha Regente; e como era o lugar das últimas despedidas da Rainha sua filha, pertendeo esta beijar-lhe a mãõ, (o que não consentiu a Rainha) e abraçãdo-a, lhe lançõu a sua bençãõ. Baixõu a Rainha da Grãã Bretanha a escada entre ElRey, e os Infantes seus Irmãos, e fazendo instancias para que a Rainha mãe se recolhece, antes de chegar o ponto de lhe voltar as costas, o naõ conseguiu, porque a Rainha esperõu, que ella entrasse no coche, o que fez depois de huma profunda reverencia, a que a Rainha lhe correspondeõ com outra bençãõ, e voltõu as costas antes, que seus filhos entrassem na carroçã<sup>82</sup>.*

O Te Deum na Sé teve a curiosidade de não contar com a participaçáo dos ingleses anglicanos mas houve o cuidado de se lhes fazer a devida companhia: „Em quando durõu a Missa, se encommendõu a varios Fidalgos entretivessem

---

80 SOUSA, Ant6nio Caetano de – *Hist6ria Geneol6gica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 292 e ss.

81 SOUSA, Ant6nio Caetano de – *Hist6ria Geneol6gica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 292 e ss.

82 SOUSA, Ant6nio Caetano de – *Hist6ria Geneol6gica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 292 e ss.

nos Claustros da Sé ao Embaixador da Inglaterra, o Estribeiro môr, Veador da rainha, e outros Ingleses de qualidade, que vinhaõ na Armada para acompanhar a Rainha, por serem de diferente Religiaõ“. Caetano de Sousa é bem específico quanto à etiqueta e ao protocolo do momento – o ritual do beija-mão aos monarcas e da respectiva dispensa por parte do rei para homenagear a irmã, as precedências de entradas, etc, - não se esquecendo de fazer as devidas referências à nobreza presente, com os nomes, respetivos cargos e privilégios, sem esquecer uma enumeração minuciosa das damas que acompanhavam D. Catarina<sup>83</sup>.

A Relación termina com um prognóstico de felicidade, apesar dos muitos inimigos (castelhanos) e salienta os grandes gastos tidos com o enlace de D. Catarina com Carlos II, apesar da muita despesa que a coroa tinha com as guerras que decorriam contra Espanha à época, fazendo a evidente ligação entre esta aliança e a afirmação da soberania, com uma interessante referência ao poder do „braço de Deus“, provavelmente uma evocação do episódio do braço da imagem Cristo que apontou para D. João IV na sua aclamação: „Todo pronostica felicidad, a pesar de inimigos, que ya creerán esta aliança, de que tanto dudavan, no fin mysterio la hizo Dios entre dós naciones, que quasi en los mismos años, quando menos se esperaba, con el poder de su brazo, sin golpe de espada, restituyo repentinamente (como para este efeto) a sus legitimos Reys de que estavan despojadas. (...) E notese que celebró Portugal este casamiento con tan grande dote, solennidad, y despesa tan grande en el mismo tiempo, que tiene campaña contra Castilla tres poderosos Exercitos en tres Provincias diferentes“<sup>84</sup>.

## Os dois casamentos de D. Pedro II

O casamento de D. Pedro II (1648-1706), terceiro filho de D. João IV e D. Luísa de Gusmão, com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia<sup>85</sup>, que tinha sido sua cunhada (casada com o seu irmão deposto D. Afonso VI), salvou a face do reino de Portugal quanto à situação da anulação do casamento anterior que implicava, para além de outras consequências, dada a existência de um Tratado de paz com França, a devolução do dote de „um milhão de cruzados da moeda do Reyno de Portugal“<sup>86</sup> (esta é uma quantia exorbitante se tivermos em conta

---

83 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 292 e ss.

84 *Relacion*. Ob. cit., p. 32.

85 D. Maria Francisca Isabel de Sabóia era a segunda filha do 4º Duque de Nemours, Carlos Amadeu de Sabóia (1624-1652) e de Isabel de Vendôme, uma das três filhas de César de Bourbon, Duque de Vendôme, bastardo legitimado do rei Henrique IV de França.

86 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, p. 461.

que os dotes das noivas portuguesas dos titulares da nobreza, no princípio do século XVIII, raramente ultrapassavam os vinte mil cruzados<sup>87</sup>). À sentença papal favorável à Rainha na separação do matrimónio seguiu-se um breve que a isentava ou dispensava o „impedimento da pública honestidade“<sup>88</sup> e assim se pôde concretizar o casamento entre os príncipes D. Pedro de Portugal e D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, consensual tanto junto da família da Rainha como da corte portuguesa.

Ao contrário dos restantes enlacs régios aqui estudados, a „forma da celebridade“ do dito casamento foi reduzida ao indispensável para a „validade do Sacramento“, dadas as circunstâncias algo peculiares e embaraçosas das circunstâncias, realizado no oratório da Quinta de Alcântara, em 2 de Abril de 1668, sem „pompa e circunstância“, tanto mais que a História Genealógica logo após o relato „telegráfico“ do casamento fala da gravidez da rainha e da posterior „ratificação“ papal da validade do matrimónio: „(...) receberam as bênçãos matrimoniais na fôrma, que determina a Igreja, de quem em breve se viram conseguidas felices esperanças da desejada sucessão na fecundidade da Princesa“<sup>89</sup>.

D. Afonso VI e D. Maria Francisca Isabel faleceram no mesmo ano de 1683 e D. Pedro II, apesar do seu grande desgosto, foi pela corte instado a contrair segundas núpcias com a princesa Maria Sofia Isabel de Neuburgo<sup>90</sup>, da corte de Heidelberg, não sem antes ser investigada a fertilidade da princesa e a recetividade da pretensão portuguesa através da ida de um enviado incógnito à corte germânica<sup>91</sup>. O tratado matrimonial foi concluído em Maio de 1687 - tendo o embaixador, Conde de Villar-Mayor, depois da cerimónia celebrada por procuração em Heidelberg, distribuído jóias e dinheiro pelos familiares da já rainha de Portugal „mostrando em tudo a Real grandeza, e poder de Sua Majestade Portuguesa“<sup>92</sup>. D. Maria Sofia fez parte da viagem para Portugal numa Armada britânica enviada por Carlos II, cuja utilização, ao abrigo do Tratado de Paz e de Casamento de D. Catarina de Bragança, pretendia assim dar uma demonstração de força e prestígio, tanto interna como externa, junto das cortes europeias e também em relação a Espanha cuja paz tinha sido recentemente

87 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*. Ed. cit., p. 106.

88 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, p. 462.

89 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 463, 464.

90 Maria Sofia Isabel de Neuburgo (1666-1699) era uma dos 23 filhos (a questão da fertilidade genética terá sido uma das razões da escolha dada a saúde frágil de D. Isabel filha única de D. Pedro) do eleitor palatino do Reno Filipe Guilherme, conde soberano de Neuburgo, chefe de um ramo segundo da casa reinante da Baviera, os Wittelsbach, e de sua segunda mulher Isabel Amália de Hesse-Darmstadt.

91 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, p. 481.

92 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, p. 485.

assinada em 1668. Nesta Armada, que era uma das mais potentes da época, fez D. Maria Sofia a sua entrada no Tejo em 11 de Agosto de 1687, recebida com três salvas de artilharia pelo que foi respondida pela armada britânica. Fundeada em frente à igreja de S. Paulo houve uma salva geral de todos os navios da Armada respondida pelos portugueses e por todos os navios que a esperavam no Tejo.

Num „excelente bargantim“<sup>93</sup> esperava-a o Conde de Ericeira D. Luís de Menezes, com uma „luzida“ comitiva de dez gentis homens e seis pajens todos „excelentemente vestidos“. O filho primogénito do Conde, D. Francisco Xavier de Menezes, „no qual brilhava já em poucos annos o sublime engenho, com que depois havia de assombrar o Mundo com a sua larga erudição, (...) explicou à Rainha o seu obséquio em hum breve discurso formado de cinco línguas, a que ela respondeu nas mesmas“<sup>94</sup>. A rainha desembarcou por uma „magnífica escada“, „comoda, e seguramente, como era conveniente“. Caetano de Sousa faz uma descrição minuciosa da embarcação, dos acompanhantes, „indo todos com os vestidos cobertos de ouro, e prata, tão magnificos, que esgotavao o primor da arte“, e do rei D Pedro II que tinha embarcado no Paço Real num bergantim „muy rico e de custosa fabrica, entalhado, e dourado, a camera toda guarnecida de vidraças cristalinas, com toldo e cortinas de setim de ouro, e carmesim, cadeiras, almofadas, e alcatifa do mesmo, com vinte e dous remeiros vestidos ao uso Africano de escarlata, e galoens de ouro“. O vestuário do rei „que era de huma soberana, e galharda presença, excedia na bizarría natural aos mesmos adornos da arte“. A sua casaca cor de fogo era bordada a ouro de „inestimável preço, espadim e bastão guarnecido de riquissimos diamantes, sendo de incomparavel valor um que levava na gravata, e os que ornavam o habito de Christo e chapeo“. O bergantim do rei era seguido pelos „mais Grandes“ em vinte e quatro bergantins „muy bem equipados, e adereçados de toldos de sedas de diferentes cores com grande numero de remeiros, todos vestidos a proporção do mais, e diversos coros de trombetas: e vogando com pressa se adiantaram todos ao bargantim Real que hia em último lugar“<sup>95</sup>.

O episódio do duplo estender de mão ao rei, para o ajudar a sair do bergantim, tanto do Conde da Ericeira (porque era uma das suas funções) como do Duque de Graffton, demonstra bem a importância que atrás referimos da etiqueta como parte de um estabelecimento de hierarquias, direitos e deferências, já que o rei teve de improvisar tendo como objetivo o equilíbrio

93 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, p. 489.

94 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, p. 490.

95 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 491 a 493.

da situaçãõ, cuja importãncia mereceu o comentãrio real que justificava a açãõ: „Sahio ElRey do bargantim, e havendo baixado o Conde da Ericeira, Védor da Fazenda, a exercitar a sua ocupaçãõ, sendo huma das preeminencias do seu officio dar a maõ a sua Magestade ao sahir do bargantim, succedeo, que quando houve de pôr o pé na escada da Capitania, onde estava o Duque de Graffton; ao mesmo tempo que o Conde da Ericeira foy a dar a maõ a sua Magestade, fez o mesmo o Duque, e ElRey com discreta promptidaõ deu a maõ aos dous, dizendo, que a dava a ambos, naõ querendo faltar em satisfazer ao hospede, e honrar ao Vassalo“<sup>96</sup>.

A cerimonia pública religiosa que haveria de ratificar o enlace só teria lugar cerca de 20 dias depois, a 30 de Agosto, na Catedral de Lisboa, „para o que se erigiram vinte arcos de magestosa fabrica, em que os naturaes, e Estrangeiros com louvavel emulaçãõ quizerãõ mostrar a Suas Magestades o gosto, com que celebravaõ as suas augustas vodas“. O autor salienta a disposiçãõ da comitiva de coches que saíram do Paço, com as respetivas precedências, a existência dos coches de „respeito“ que desfilavam vazios, e a descriçãõ dos cargos de todos aqueles que acompanhavam o cortejo<sup>97</sup>. D. António Caetano de Sousa faz questãõ de mencionar todos aqueles que ocupavam cargos de relevância e a particularidade das suas funções, como foi o caso, já dentro da Sé do acomodar das almofadas pela grande nobreza, já que o „Marquez de Alegrete Manoel Telles, Gentil-homem da Camera, que assistia de semana, accomodou a almofada para ElRey ajoelhar, e o Duque de Cadaval D. Nuno a almofada da Rainha, e o conde de Val de Reys a da Senhora Infanta“<sup>98</sup>.

O breve parãgrafo que refere os três dias de festejos, menciona os membros da nobreza que participam nas touradas, „em que no primeiro toureou o Conde de Atalaya D. Luiz Manoel de Tavora, e no segundo Dom Lourenço de Almada, e no terceiro o Conde de Villa-Flor D. Christovaõ Manoel, em que sobre a destreza dos Cavalleiros em primorosas sortes, se admirou a grandeza na excessiva comitiva de criados, com que cada hum cobrio o corro, ricamente vestidos com excelentes invenções“, e que se encarregaram dos fogos de artifício, „com grande primor“ em terra e no mar, „feitos pela direcçãõ do Conde da Ericeira D. Luiz de Menezes, Védor da Fazenda, em quem a grandeza de animo competio com as excellentes virtudes, de que foy ornado. Ao mesmo tempo se celebravaõ em todo o Reyno os Augustos desposorios de suas Magestades“<sup>99</sup>.

96 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, p. 494.

97 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 498 e ss.

98 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 498 e ss.

99 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp.

## D. João V e D. Maria Ana Josefa de Áustria

Nascido em 22 de Outubro de 1689, D. João V subiu ao trono após a morte do seu pai, D. Pedro II, em 9 de Dezembro de 1706, quando estava já destinado o seu casamento com a Arquiduquesa D. Maria Ana de Áustria<sup>100</sup>, filha do Imperador Leopoldo I, tendo sido assinado o Tratado de Casamento em Viena, entre o Conde Villar-Major, embaixador extraordinário de Portugal, e os Procuradores do Imperador. Em 1707 foi pedida aos monarcas britânicos, como já tinha acontecido com a segunda consorte de D. Pedro II, uma armada que conduzisse a futura rainha a Portugal, o que aconteceu só no ano seguinte. Saiu a rainha de Viena, em 7 de Julho de 1708, por terra até Haia de onde já de barco passou a Roterdão, onde a comitiva embarcou em iates com destino a Portsmouth, de onde então partiria na armada inglesa de dezoito naus de guerra que haveriam de a conduzir a Portugal.

A nau „Real Anna“, com lotação de oitocentos homens e cem peças de artilharia, chegou a Lisboa a 26 de Setembro, conforme descrição de Caetano de Sousa<sup>101</sup>, que é em muito semelhante à das anteriores chegadas de armadas que vinham buscar D. Catarina e trazer D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo, com a oferta de víveres à armada e com a presença das comitivas de boas-vindas, primeiro pela nobreza ao serviço do rei e dos infantes e depois das visitas do rei e dos infantes que embarcam no bargantim real para irem buscar a rainha D. Maria Josefa a bordo da armada britânica. É dado o destaque habitual para todos os „créditos“ que possam ser atribuídos aos membros da nobreza, de que é exemplo a autoria da „magnífica ponte“ „que fora encarregada à direcção do Secretario de Estado Diogo de Mendonça Corte-Real“. D. João V vestia uma seda „parda, seguindo a Pragmática, com botoens de diamantes, habito e presilha do chapeo de diamantes, tudo de hum excessivo valor“<sup>102</sup>.

O relato de D. António Caetano de Sousa é cuidadoso na forma como estabelece a hierarquia e as funções da nobreza da corte ou a etiqueta e as regras do cerimonial que são seguidas durante a apresentação da família real portuguesa à recém-chegada rainha. Já em terra aguardavam os monarcas, em primeiro lugar as irmãs do rei, a Infanta D. Francisca e a Senhora D. Luísa (a diferença de tratamento deve-se ao facto de a segunda ser uma filha ilegítima de D. Pedro II),

---

498 e ss.

100 D. Maria Ana Josefa (1693-1754), arquiduquesa de Áustria, era filha do Sacro Imperador Germânico Leopoldo I, da Casa dos Habsburgos e da sua terceira mulher, a Condessa Palatina de Neuburgo, irmã de D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo, mãe de D. Pedro V.

101 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

102 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

assistidas das respetivas aias, senhoras de honor e damas, „todas com luzidissimas galas, ornadas de preciosas joyas“<sup>103</sup>. O séquito e os acompanhantes da rainha, que incluíam várias damas, o embaixador da Alemanha, e nobreza estrangeira é também mencionado na forma como foi recebido, em termos de alojamento e ofertas, salientando a magnimidade do rei, que os agraciou com „mesa pública“ e magníficos presentes<sup>104</sup>.

De todos os relatos dos enlacs aqui abordados é a primeira vez que D. António Caetano de Sousa se refere a uma ceia pública, um pouco ao estilo de Versailles, em que a nobreza fidalga se encontra em posição de „serviço“ e os Grandes, de pé e descobertos, estavam „à parede“, tornando-se a refeição pública um ritual de vassalagem que assinala a supremacia da família real perante todos. A descrição descreve um „quadro“ em que todos ocupam um lugar preciso e desempenham um ritual minuciosamente cumprido como num grande „palco“:

*Na noite cearaõ em publico com grande pompa, na fôrma observada na Casa Real, o Capellaõ môr benzeu a mesa, e no fim deu as graças, estando as Magestades, e Altezas em pé neste tempo. A ilharga da cadeira delRey estava o Conde de Santa Cruz, Mordomo môr, com bastaõ, insignia do seu cargo, e lha chegou o Reposteiro môr Conde da Calbeta, e detraz della estava o Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, Gentil-homem da Camera de semana, e da cadeira da Rainha o Duque de Cadaval com a sua insignia de seu Mordomo môr, e lha cegou, e à ilharga estava a Marqueza de Unhão sua Camereira môr, da do Infante D. Francisco o Conde dos Arcos seu Gentil-homem da Camera, da do Infante D. Antonio o Conde de Valadares D. Carlos de Norona, e da do Infante D. Manoel D. Sancho de Faro, ambos Vêdores da Casa da Rainha, e da parte da Infanta D. Francisca estava a sua Aya a Marqueza de Fontes; ElRey deu o chapeo a hum Moço Fidalgo, que esteve com ele nas mãos de joelhos, e a Rainha deu o manguito, e luvas à sua Camereira môr, e a Infanta a sua Aya: os Grandes estavaõ à parede, e todos descobertos*<sup>105</sup>.

Os festejos habituais, com a cidade iluminada e salvas de artilharia das torres, fortalezas e navios ancorados no Tejo, e ainda serenatas e músicas no Paço, tiveram a presença „pública“ dos monarcas expressamente mencionada

103 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

104 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

105 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

por Caetano de Sousa, que mais uma vez distingue os presentes na forma como se situam, e se sentam – sem assentos ou com cadeiras rasas - no espaço do Terreiro do Paço, transformado em anfiteatro<sup>106</sup>. Interessante, o facto de o Bispo de Lubiana, por não ter feito a sua entrada pública, ter ficado incógnito, vendo o espectáculo do Forte e não se podendo juntar aos demais, ficando assim retirado do „espaço público“ da festa, mas mantendo a sua posição „de cadeira raza, como a do Embaixador de Inglaterra“<sup>107</sup>. A libertação de escravos é mencionada como forma de festejar e homenagear o rei pela ocasião: „o Visconde comprando vinte e quatro negros cativos, e levando-os primorosamente adornados, deu a todos liberdade, levando cada hum consigo a sua carta de alforria“<sup>108</sup>.

O ponto alto dos festejos foi levado a cabo no Terreiro do Paço, onde „hum bellissimo artificio de fogo de admirável idéa, e primor“, do tipo de fogo preso, formado numa „machina“ que representava o monte Etna em atividade, „fumegando, e lançando por vezes chammas“ de onde sai Vulcano e, em frente, um „Arco de triunfo“ que encenava o Palácio de Vénus, referências clássicas ao amor e à paixão que deve ter maravilhado a assistência. Vénus, „cercada de Genios amorosos“, sai do seu palácio num carro triunfante puxado por cisnes guiados por um cupido que pára em frente à janela do Paço onde se encontravam os monarcas para cantar „excellentemente hum breve Epithalamio“. Nesta pequena encenação, Vénus dirige-se ao „Monte Etna“ de onde sai Vulcano com os Ciclopes e „todos juntos cantaraõ recitados, acompanhados de danças, de sonoros, e diversos instrumentos, que fasiaõ huma agradável consonancia, o que tudo se formava em hum theatro feito defronte da janella, em que estavaõ os Reys“. O funcionamento da „máquina“ de fogo é posto em movimento por Vulcano que durante a música „forjou hum rayo, que havia de pôr fogo àquella machina, que acabou, começando a jogar o fogo por hum jardim, que estava representado ao pé do Monte Etna, de donde se communicava a toda a machina“. A duração do fogo preso durante duas horas consecutivas dá conta tanto do custo envolvido como da arte da sua construção: „Este vistoso entretenimento, que durou ardendo mais de duas horas, foy agradável à Corte, e a hum infinito numero de gente, e os Estrangeiros o applaudiraõ por hum dos mais luzidos artificios de fogo, que se tinha visto“<sup>109</sup>.

A entrada pública é, de todos os relatos da História Genealógica aqui citados

---

106 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

107 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

108 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

109 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

sobre entradas régias, o mais minucioso e exultante. Caetano de Sousa destaca a decoração, „com grande pompa“, das ruas com dezanove „Arcos triunfaes“ executados pelos ofícios da cidade e pelas „nações Estrangeiras“ por onde passaram os monarcas em direção à Sé, „desde o Paço até à Cathedral“. Os arcos „de excellente architectura“ são descritos minuciosamente na sua ornamentação que constava de „emblemas, e disticos, que declaravao as allusoens, do que representavao, e guarnecidos com primorosas estatuas, e pinturas, outros ricamente adereçados com singular idéa, erao não menos vistosos, que de bom gosto“. A presença do exército é descrita como se de mais uma ornamentação se tratasse já que „na mesma fórma todas as ruas por onde passarao estavão ricamente armadas, e guarnecidas de Infantaria em duas alas; no Terreiro do Paço estava, postado um corpo de tres Regimentos de Infantaria, e hum de Cavalaria, que mandava o Duque de Cadaval Mestre de Campo General junto à pessoa Real, muy bem fardados, e os Officiaes uniformemente vestidos“<sup>110</sup>.

O ponto alto do cortejo foi um „magnifico coche de triunfo, em que hia ElRey à mão direita da Rainha“, não só pela excelência do transporte, „de uma nobre idéa, tirado por oito cavallos murzellos com riquissimas gaurnições, cercado de quarenta Moços de Camera, e de tres Companhias de guardas dos Archeiros, todos descobertos, seguidos dos tres Capitaens das guardas“, mas pela comitiva que o acompanhava e precedia de que faziam parte os „Ministros de Justiça da Cidade, os Reys de armas, Arautos, e Passavantes, os Porteiros da Cana com grandes Maças de prata, os Corregedores da Corte, e Casa, todos vestidos com muito luzimento, montados em ajezados cavallos, que acompanhavao com boas librés o seus Lacayos“ e ainda um grande número de coches dos „Grandes, Senhores, e Fidalgos, sem precedencia; os coches delRey, e da Rainha com os Officiaes da sua Casa, os de Reposteiro com hum grande numero de Moços de Estribeira, e os seus Estribeiros em soberbos cavallos bem ajezados“. Atrás do coche de triunfo seguiam as liteiras com as aias e camareiras-mor e seis coches com as „Senhoras de Honor, Damas Portuguezas e Alemãas“<sup>111</sup>.

Já na Sé, a imagem do Cristo Crucificado, cujo braço despregado „abençoou“ a aclamação da dinastia de Bragança, é trazida para junto dos monarcas para proteger a sua união e simbolicamente reafirmar o poder régio da dinastia brigantina: „O Deaó da Sé D. Gaspar de Moscoso, Sumilher da Cortina, lançou agua benta a suas Magestades, e debaixo do Palio estava hum Conego com a Imagem de Christo Crucificado, que era a mesma, que no dia da Acclamação delRey D. João IV despregou o braço, que Suas Magestades beijarao

110 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

111 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

ajoelhando, havendo chegado a almofada o Conde da Galhera Reposteiro môr a ElRey, e à Rainha hum Veador na ausencia do seu Mordomo môr, e depois de se ter cantado o Te Deum com grande solemnidade, se recolheraô os Reys ao Paço com o mesmo acompanhamento entre hum concurso extraordinario, aclamações, e vivas do povo<sup>4112</sup>.

A rematar o relato do enlace, Caetano de Sousa remete para a magnanimidade e grandeza de D. João V que se revela nos presentes generosos e nas nomeações com que distingue aqueles que o servem. O conde de Vilar-Maior é elevado à dignidade de marquês de Alegrete enquanto que a armada inglesa é agradecida através de „grandiosas dadivas“ (para além do „refresco“ oferecido à chegada e que consistia em „todo o genero de regallo de carnes, vinhos, frutas, e doces, com tanta largueza, que se repartio com abundancia por todos os navios dela“) e o seu almirante Bing agraciado com „hum a joya de grande valor, ao Almirante Jenning hum broche tambem de muito preço, ao Coronel Godfrey hum a joya, ao Capitaô do navio do Cavalleiro Bing hum anel, e hum a cadea de ouro com hum a medalha com o retrato delRey; aos mais Capitaens cadeas com medalhas de igual valor, e preciosidade; aos Tenentes de menor valor, aos Capitaems dos navios de fogo, cadeas com medalhas de ouro, ao Mordomo da Rainha da Grãa-Bretanha, que veyo com a direcção da despeza, hum broche de diamantes, ao Escrivaô da Cozinha hum a joya, e ao Thesoureiro outra, ao Mestre, e Contra-Mestre da Capitania cadeas com medalhas, e pela familia inferior de moços da prata, e mais gente, que eraô trinta e quatro, se lhe deu dinheiro consideravel, para distribuirem entre si<sup>4113</sup>.

### O duplo enlace e troca de princesas no Caia

As negociações relativas ao duplo enlace do príncipe do Brasil, D. José (herdeiro ao trono português por morte prematura do seu irmão D. Pedro), com a Infanta D. Maria Ana Vitória de Bourbon e entre o príncipe das Astúrias, D. Fernando, com a Infanta D. Maria Bárbara, ajustado pelos monarcas portugueses e espanhóis, foi iniciado em 1725 e concluído no ano de 1727. O estudo deste duplo enlace beneficia com a articulação de duas obras, a já citada *História Genealógica* e o *Fasto Hymeneo* ou *História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelíssimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*, de Frei José da Natividade.

---

112 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

113 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 56 e ss.

Segundo o relato de Frei José da Natividade, a união nupcial de D. José, príncipe do Brasil, com D. Maria Ana Vitória de Borbon, filha de Filipe V de Espanha e de D. Isabel Farnese, foi como todos os outros enlaces reais visto como uma aliança que, neste caso, selaria a paz e a concórdia com Espanha cerca de meio século após a assinatura da paz, em 1668. A possibilidade da união surgiu com a notícia do cancelamento do casamento de D. Maria Ana Vitória com Luís XV de França e do regresso da Infanta à corte espanhola, em 5 de Abril de 1725, mas mesmo antes deste regresso, logo que houve notícia da não realização da boda, foi reunido em Lisboa o Conselho (a 25 de Março de 1725) que deu conta do pedido de casamento por parte de D. Filipe V de Castela da Infanta de Portugal, D. Maria Bárbara, para consorte do herdeiro da Coroa de Espanha, D. Fernando de Borbon e oferecendo a Infanta D. Maria Ana Vitória de Borbon para consorte do príncipe do Brasil, D. José.

D. António Caetano de Sousa, num relato mais institucional, também faz menção expressa ao significado político do duplo enlace, nomeadamente, ao carácter de „ratificação“ da paz e recuperação da antiga aliança ibérica, a „reciproca alliança entre as duas Coroas, com a qual em duplicados vinculos se segurasse a antiga amizade, que os particulares interesses tinhaõ perturbado com larga guerra“, levada a cabo pela diplomacia portuguesa que concluiu as primeiras negociações do „negócio“ cujos primeiros ajustes foram concluídos „a 7 de Outubro de 1725, e os Reys depois ratificaraõ: ElRey de Portugal em Lisboa a 13 de Outubro do mesmo anno de 1725, e ElRey Catholico em Santo Ildefonso a 14 do mesmo mez, e anno“<sup>114</sup>. O relato mais detalhado de Frei José da Natividade dá conta que o duplo enlace encontrou na corte de Castela resistência de alguma facção espanhola „que derao fomento a algumas duvidas e altercações“<sup>115</sup>, pelo que D. João V enviou a Madrid um seu fidalgo com larga experiência já como enviado às cortes de Paris e Londres, D. José da Cunha Brochado, como seu plenipotenciário para a defesa dos interesses da coroa portuguesa. A importância da comissão pode ser avaliada pela oferta feita por D. João V ao seu diplomata, não só para o recompensar como para o dotar de meios de representação, e que consistia em „huma grande bandeja de prata com hum excelente corte de panno de escarlata“, fazendo-lhe ainda „o mimo de tres ricos e mui flamantes vestidos“,<sup>116</sup> para além de lhe terem sido destinados oitocentos mil réis de mesada e doze mil cruzados para ajudas de custo.

114 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 274 a 296.

115 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 6.

116 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 7.

Chegadas as negociações a bom termo foram publicadas em Lisboa por Decreto Real de 9 de Outubro de 1725, o ajuste dos dois casamentos dos futuros herdeiros da coroa portuguesa e castelhana, no qual se ordenava o festejo de três dias de luminárias e salvas de artilharia em terra e mar que se haviam de iniciar no dia seguinte. Foi também celebrado o ajuste dos casamentos com uma ação de graças na Capela Real, com *Te Deum*, no primeiro dia de festejos não só em Lisboa como em todo o reino, a que assistiu toda a nobreza, e à noite uma excelente serenata no Paço. Passados poucos dias foram ratificados em Lisboa e em Madrid os „Artigos Preliminares“ dos contratos matrimoniais. Celebrados os tratados em Espanha e Portugal dos dois casamentos foi estipulado o valor dos dois dotes, o espanhol de D. Maria Ana Vitória e o português de D. Maria Bárbara, exatamente pelo mesmo valor: quinhentos mil escudos de „ouro do Sol“, o que traduz também neste pormenor a preocupação de estabelecer uma equivalência de poder entre os dois reinos.

O embaixador extraordinário de Filipe V, o Marquês de los Balbazes, foi recebido em Lisboa com grande pompa, dando Frei José da Natividade grande destaque à comitiva do Conde de Óbidos que recebia o embaixador castelhano e o conduzia ao palácio do Conde de Redondo que o Marquês tinha alugado (por seis mil e quinhentos cruzados por ano). Da descrição da comitiva constam o coche do Conde de Óbidos com seis cavalos negros „cobertos de brancas pelles de ursos, outro coche, em que vinha parte dos seus *Gentis-homens* que tiravam seis cavalos castanhos cobertos de manchadas pelles de tygres; hum coche em que vinhaõ os mais *Gentis-homens* do Conde, tirado por seis cavalos negros, com coberturas de peles também negras de ursos. Hiaõ diante do coche do Conde, doze lacaios, vestidos de dó, porque a corte puzera luto pela morte do Duque de Parma, avô da Serenissima Senhora D. Maria Anna Vitória. Aos lados do mesmo coche hiam quatro volantes com faiões e cintas negras, vestidos de branco, fazendo toda esta vista huma soberba e nobilissima ostentação<sup>117</sup>. Em retribuição, o Marquês de los Balbazes convidou o Conde de Óbidos para um jantar que „foi soberbamente lauto não cessando de soar suave e destrissimamente enquanto ele durou muitos instrumentos músicos. Nesse mesmo dia foi visitado, e cortejado o Marquês de los Balbazes de muitos Cavalleiros, Senhores<sup>118</sup>.

A entrada na corte de Madrid do embaixador de Portugal, Marquês de Abrantes, „montado em hum briossissimo cavallo murzélo, ajaezado com fella,

---

117 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelissimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 15.

118 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelissimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 16.

exarel de velludo carmezim, bordado, e franjado de ouro, e armados os coldres de pistolas“, no dia de Natal de 1727, também foi digna de nota, pela grande opulência que demonstrava em número e qualidade dos acompanhantes. O embaixador era precedido por um „luzido acompanhamento“ e que consistia em primeiro lugar pelo mestre de Ourel do marquês „em hum briossissimo cavallo pompozamente ajaezado“, seguido por cinco músicos com „librés de panno finissimo encarnado, coberto de galoens de ouro, vestias e cabos azues, tudo agalado de prata“ que precediam dois moços da Guarda-Roupa que trajavam librés de „selectissimo panno azul com ricas guarniçoens de prata“, que eram seguidos por doze pagens „vestidos a todo o custo e veludo carmezim, bordado de ouro, vestias de tissu de prata com matizes azues franjadas de flocos de canutilhos de prata. As duas dragonas erao bordadas com a maior perécia, e opulencia“. Logo atrás desfilavam dez ajudantes da Câmara „vestidos tambem com a mais custosa, e brilhante variedade“ e ainda doze gentis-homens e o seu mestre de sala „trajados com a mais plausivel opulencia de estofos de ouro, e prata, e pannos bordados de extraordinario valor“. O desfile da „família“ do embaixador, ou seja, do pessoal da sua casa, era intercalado ainda por quarenta lacaios da Casa Real que seguiam a pé junto aos seus cavalos a que se seguia o resto da casa do embaixador que consistia em duas fileiras de sessenta e seis lacaios e cocheiros „com librés de panno, guanecidas optimamente de galoens de ouro com vivos de veludo azul: erao da mesma cor os cabos, e as vestias, tudo agalado de prata; e o mais que trajavaõ, era correspondente a tanta ostentação e preciosidade. Ofereciaõ-se logo á vista, trajados de excellent gala, cinco Atabaleiros, e Trombeteiros. Precediaõ finalmente ao Embaixador, o Porteiro e dous correios vestidos de librées iguaes, com as divisas das duas occupaçoens“<sup>119</sup>.

Frei José da Natividade menciona a celebração do casamento do príncipe D. José com a Infanta D. Maria Ana Vitória, em Dezembro de 1727, por procuração em Lisboa, a que se seguiu um „harmoniosissimo applauso, que se cantou em hum soberbissimo theatro, e igualmente arrebatava o segundo sentido como attractivo concerto da sua musica, do que suspendia o juizo com o discreto, e bem desempenhado da letra. Na noite deste e dos dous dias seguintes se illuminou toda a Corte e houve no Terreiro do Paço, muitos fogos de excelente artificio“<sup>120</sup>. A notícia do casamento por procuração em Madrid chegou a Lisboa a 2 de Janeiro de 1728, e, tendo-a recebido, decretou D. João V festejar-se este aviso em todo o reino com „tres noites de repiques, luminarias,

119 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., pp. 59, 60.

120 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 65.

e salvas de artilharia, em terra, e mar, que effectivamente tiverão principio na noite de quatro de Janeiro nesta Corte, então festivamente atroadas com tres descargas do Castello, Fortalezas, e Torres da marinha<sup>121</sup>.

O Terreiro do Paço foi palco de um „insigne“ fogo de artifício que representava o célebre templo éfesino de Diana, „hum dos sete milagres do mundo, abrasado por Herostato, como em feliz augurio, que chegaria ainda tempo, em que o Soberano Píncipe, em cujo obsequio se fazia este applauso, e hoje nosso Fidelíssimo Rey, e Senhor, poria a ferro, e fogo as Mesquitas Ágarenas, que tem a Lua, porque era subentendida a mesma Diana, por seu timbre<sup>122</sup>. O duplo matrimónio teve o obséquo real de um indulto para a „soltura“ de presos sentenciados por crimes menos graves em todo o Reino. O autor refere a ocorrência de „curiosissimos, e extraordinarios artefactos, e inventos de fogo, houve em hum, como theatro levantado áquelle fim em huma antecâmara, huma serenata, no quarto da Sereníssima Senhora Rainha<sup>123</sup>. A 31 de Janeiro de 1728 teve lugar na Academia Real da História Portuguesa, uma assembleia extraordinária com a presença dos soberanos em que foram proferidas duas orações, uma pelo Marquês de Valença, em obséquo pelas núpcias dos Príncipes do Brasil, e outra pelo Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, em „applauso dos desposórios da Senhora Princeza das Asturias com o Príncipe D. Fernando<sup>124</sup>.

Em dez de Janeiro de 1728 foi realizado o casamento por procuração da Infanta D. Maria Bárbara com o Príncipe das Astúrias, celebrado com as mesmas demonstrações de festejo da dos príncipes do Brasil, com repiques, luminárias e salvas de artilharia. O contrato de casamento foi celebrado nos aposentos de D. João V, „na Casa que se chamaõ das Prociçoens. Estava ele opulentamente armado, e alcatifado: pendiam das paredes muitissimas placas de prata, e do alto do meio da sala hum notavel candieiro tambem de prata, tudo cheio de velas, formadas de olorossimos perfumes, para se acenderem, caso que assim fosse necessario<sup>125</sup>. O local da assinatura do contrato dá conta da interessante circunstância de existirem na mesma sala dois “espaços“, e não apenas um, para as assinaturas da mesma escritura, simbolizando os dois reinos separados pelo

121 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 67.

122 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 67.

123 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 88.

124 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 108.

125 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 76.

protocolo mas que a descrição denota ser o local dos monarcas portugueses mais rico que o dos embaixadores, constando de um „bofete paramentado de huma riquíssima coberta de tissú, irmão dos das cadeiras dos Reys, e sobre ele huma pasta de veludo, guarnecido de hum largo e precioso galaõ de ouro, para suas Majestades assinarem sobre ela as escrituras. Ao mesmo fim havia tambem uma preciosa escrivanhinha de prata dourada. Da outra parte da casa do meio para baixo, estava outro bofete coberto de veludo carmezim, agalado de ouro: nelle estava outra pasta de marroquim, e huma primorosa escrivanhinha de prata, para fazerem os Embaixadores, e Testemunhas as suas assinaturas“<sup>126</sup>.

A Infanta D. Maria Bárbara recebeu de presente do Príncipe das Astúrias um seu retrato, cuja moldura era guarnecida de „muitos, e maravilhosos diamantes“. Mais tarde no Terreiro do Paço disfrutaram de uma das janelas do palácio, onde „alli se lhes mandou hum refresco de agua, doce e chocolate“, „os muitos, e bem executados fogos de artificio“ e em especial „foi de muito divertimento, e singularmente applaudido hum delles do ár, assim pelo muito tempo que durou, como pela suavidade, e rara invenção. Era ella do excellente Arquitecto, Antonio Canavaro, e figurava com bella idéia huma rocha, povoada pela superficie posterior de hum espesso bosque“<sup>127</sup>. O evento culminou com um tiro de artilharia lançado do Palácio ao que responderam o Castelo de S. Jorge „e todas as Torres, Fortes e Fortalezas da Marinha, e navios surtos no Tejo com uma descarga geral.“, seguidamente iluminou-se a Corte e o Tejo com „luminarias geraes, assim nesta como nas outras duas noites seguintes, em que igualmente se repetiram os mesmos fogos artificiaes, e as salvas de artilharia“<sup>128</sup>.

As celebrações do casamento dos príncipes das Astúrias contaram com festas no palácio do embaixador extraordinário de Castela, o Marquez de los Balbazes, no seu palácio, „com huma composição Dramática à Italiana, em Musica intitulada: As Amazonas de Hespanha. A 18 deste mez, a tempo, em que já se andava despedindo da nobreza para partir para a corte delRey seu amo, tornou a obsequiar ultimamente o mesmo soberano assunto com outra semelhante, intitulada: Amor aumenta el valor. Foi composta a musica pelo celebre D. Jayme Faco, e foraõ alternadas ambas estas Operas com balhes, e sainetes muito primorosos. Convidou o Marquez para estes divertimentos a principal nobreza, a quem fez a lisonja de dar huma grande quantidade de doces

---

126 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., pp. 77,78.

127 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 78.

128 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 79.

exquisitos, e muitos, e diversísimos generos de bebidas geladas<sup>129</sup> que ao serem servidas no inverno traduzem um fator de moda e distinção. Por ocasião da despedida da infanta D. Maria Barbara, esta presenteou a Marquesa de los Balbazes com „humas arrecadas de diamantes (...) avaliadas em muito mais de trinta mil cruzados“ e D João V obsequiou o embaixador, Marquês de Balbazes, com um seu retrato „guarnecido de diamantes, cujo valor excedia a sessenta mil cruzados“<sup>130</sup>.

Os preparativos para a troca de princesas no Caia, „raia e confim das duas Coroas, e feliz sitio que havia de servir de cena a huma função tão gloriosa“ que praticamente deslocou toda a corte de Lisboa - milhares de pessoas entre nobreza, clero, exército e criadagem - para a raia alentejana é minuciosamente descrito por Frei José da Natividade. De salientar as compras de meios - animais e carros - e adereços de transporte em Paris (menciona Paris e não „França“ pelo grande prestígio da corte francesa da época), Inglaterra, Holanda e Espanha:

*A este fim mandou Sua majestade vir de Pariz quatro estufas, duas caleças, e vinte e três berlindas. Ao mesmo tempo mandou fazer nesta Corte cento e trinta e duas sejes de campo, sete galeras, doze carros matos, e vinte andas. De Hollanda, e de Inglaterra mandou vir hum grande numero de cavallos, e fazer outro mui extraordinario de cavallos por todo o Reyno. Nesta Cidade, e em Castella comprou também grande quantidade de machos, e mulas. Mandou fazer à proporção deste número sellas de munição com seus arreyios, e xaréis de panno encarnado, guarnecido de galaão de prata. De pariz mandou vir para serviço do Principe, trinta selas de veludo de varias cores, bordadas de ouro e prata: um grande numero de telizes de veludo encarnado, semelhante, e primorosissimamente bordados, e outros de panno encarnado, bordados, pelo mesmo estilo, de lã<sup>131</sup>.*

Em 7 de Janeiro de 1729, partiram de Madrid D. Filipe V, a rainha, a princesa do Brasil e o príncipe das Astúrias e respetiva comitiva em direção a Badajoz, num roteiro distribuído em dez jornadas ao mesmo tempo em que em Portugal se procediam aos preparativos da partida, mandando D. João V passar a Aldeia Galega „todas as carruagens e cavalgaduras necessarias para a condução de suas

129 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 118.

130 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 136.

131 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 138.

Majestades, e Alteza, e todo o mais resto da sua familia<sup>132</sup>. O autor enumera e descreve a decoraçáo dos coches do rei e das trinta e uma estufas da comitiva - dando conta da importáncia e prestígio dos meios de transporte da época -, o coche mais rico do rei era „fornado a tissú, com tegedilho, e capa de almofada de veludo carmezim, bordada de ouro; caixa, e jogo dourado e pintado, todo franjado por dentro e por fora de ouro, e canutilhos, com oito guarniçóes de veludo, debruadas de passamanes, e as ferragens todas douradas de água<sup>133</sup>.

As estufas de respeito - que seguiam sempre vazias - da rainha, do príncipe e dos infantes eram de veludo carmesim (lavrado o da rainha), costas, ilhargas e forro, tudo bordado de passamanes de ouro e com pinturas. As decoraçóes das outras estufas são no exterior de talha dourada, ou pintadas de encarnado e ouro. Dos armazéns do reino foram executados para esta ocasiáo centenas de arreios, selas, açóites de mão, „atafáes de tripa“, „chareis de couro“, varas de Brim encarnado „para as cobertas das albardas das Azemulas“, „cabeçadas de azemelas, com farrilhas, arreatas e antolheiras de latáo, com as armas reais nas testeiras“, novecentos e oito pares de estribos, mil e dezoito freios, entre muitos outros artigos<sup>134</sup>.

Foram ainda mandadas vir de França, entre outros artigos, estufas, caleças, berlindas „ricas, forradas de veludo carmezim, guarnecidas por dentro de ouro, muito bem pintadas, com todos os seus arreyos para os quais se mandaraó fazer oito capas de veludo da dita cor; e tambem para as almofadas do mesmo veludo, com passamanes de ouro“, trinta selas de veludo „de varias cores; doze bordadas de ouro, e prata para a pessoa del-Rey, e seis guarnecidas de passamanes de prata, e ouro; seis bordadas para o Principe, e seis agaloadas, com todos os seus arreyos, coldres, e bolças, com ferragens douradas, e outras de prata“, centenas de reposteiros de pano encarnado, bordados de lá, com as armas reais, trinta „telizes ricos de veludo carmezim, bordados de ouro, e prata; dezoito com as armas del-Rey, e doze com as armas do Principe.“, vinte e quatro coberturas para galeras de pano e de oleado com as armas do rei, rainha, príncipe e princesa<sup>135</sup>.

Os meios de transporte podiam ter diferentes propóritos: de marcha para o caminho e mais ricos para os desfiles e entradas reais em que se incluíaam tanto aqueles que iam ocupados como os coches de „respeito“ da família real que seguiam sempre vazios e os de „reserva“, ou substituiçáo, para o caso de algum

---

132 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelíssimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 140.

133 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelíssimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 140.

134 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelíssimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., pp. 141, 142, 143.

135 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelíssimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 146.

precalço tanto no caminho como nos momentos de demonstração pública. Só a comitiva da rainha tinha uma estufa de marcha, uma „calessa“ de marcha, treze berlindas douradas, sem ouro, encarnadas, forradas a marroquim e „pequena“ consoante a categoria dos acompanhantes, três seges ricas para a rainha, vinte e nove para criadas, e dez para porteiros, guarda damas, companheiros de confesores, capelães e acólitos, cirurgião e boticário (alemães) e lavadeiras. A impressionante descrição de Frei José da Natividade enumera, por exemplo, o vestuário e adereços das comitivas, as muitas cartas e ordens enviadas pelo rei ou em seu nome, o nome de todos os participantes das comitivas, da nobreza e clero e a quantidade de criadagem. Talvez simbolicamente D. João V, em cujo casamento tinha já estado a famosa imagem de Cristo que tinha sinalizado D. João IV na sua aclamação, recupera nesta altura a antiga libré da Casa de Bragança para a sua Casa.

Em 8 de Janeiro de 1729 sai a comitiva masculina de Lisboa (a comitiva da rainha e dos príncipes saíria dias depois) que acompanhava o Rei em direção ao palácio de Vendas-Novas, mandado construir para a ocasião, passando pela „casa magnífica“ de Pegões edificada para as paragens e jantar entre Aldeia Galega e Vendas-Novas. O Palácio de Vendas-Novas foi reconstruído a partir de uma antiga „estalagem“ usada pelo rei, „cuja planta temos na nossa mão. Nelle verdadeiramente, assim triunfavao os ultimos esforços do summo da opulencia, como os ultimos da maior valentia da arte. Ja mais ficou a arquitectura mais gloriosa. Entre os sete milagres que admirou o mundo, envergonhara-se elle de fallar do Palacio de Cyro, se tivesse estoutro à vista. Ennobrecia-se com pinturas dos primeiros pinceis, com armaçoens riquissimas, e com tantas commodidades, que ate chegavao a exceder a mesma imaginação“<sup>136</sup>.

O percurso contou, para além de Évora, com a passagem por Vila Viçosa „antiga Corte dos Serenissimos Duques de Bragança“ onde visitou a Capela do Palácio Ducal, a Igreja Matriz dedicada a Nossa Senhora da Conceição, saindo „ElRey a pé pela porta, que chamao do Nó, para o Convento dos Religiosos de Santo Agostinho, em que estao sepultados os Serenissimos Duques de Bragança“<sup>137</sup>. A emblemática Porta dos Nós é transposta a pé por D. João V, símbolo da dedicação da Casa de Bragança à Coroa de Portugal e simbolicamente predestinando a união de ambas na dinastia brigantina, passados mais de 100 anos da sua construção. Tanto a visita à igreja da Padroeira como a passagem pela Porta dos Nós terá eventualmente de ser vista neste contexto de dupla „união ibérica“ como uma espécie de homenagem e também de ritual de

136 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelissimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 198.

137 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 351 e ss.

proteção futura da dinastia brigantina.

Segundo D. António Caetano de Sousa, a anteceder o encontro do Caia, os Secretários de Estado de ambos reinos concertaram a forma de os reis se tratarem no dia 19 de Janeiro, „no mais fermoso dia, que se podia desejar cheyo de Sol, sereno, e agradável“, em que partiram em longo e ostensivo cortejo de milhares de pessoas e centenas de carruagens e cavalos que é minuciosamente descrito com destaque para o soberbo coche da família real „tirado de oito frizões“ acompanhado por uma „magnifica comitiva tanto nas galas, como nas carruagens, tudo coberto de ouro, e prata, não só nas pessoas da Corte, mas nas Famílias dos Grandes, até nas librés dos lacayos, marchando com admiravel ordem, porque hiaõ precedidos dos Grandes com luzidas carruagens, tiradas a maior parte a seis frizões, e faziaõ o numero de mais de quarenta“. Este impressionante desfile constava de vinte e quatro „trombetas, e atabaleiros da Casa Real vestidos de veludo encarnado, todos cobertos de galões de ouro „, trinta cavalos de mão do rei e dos príncipes, um alferes e um tenente cada um com quinze cavalos, doze postilhões de Gabinete „com rica libré“, coches e berlindas com os moços de guarda-roupa da família real, padres, confessores, estribeiros, mordomos, porteiros de camera, camaristas, veadores da rainha e da princesa, moços fidalgos, oficiais, gentis-homens, o Corregedor do Crime da Corte, numa profusão de servidores cuja principal função neste desfile era a de acrescentarem valor e qualidade à família real portuguesa.

Os coches de „respeito“ do príncipe, princesa, infantes, rei e rainha precediam os coches de „pessoa“ dos membros da família real que iam também vazios já que a família real portuguesa seguia num único coche seguido de três seges da pessoa do rei e três seges da pessoa da rainha, e duas para os infantes e as berlindas com as camareiras, senhoras de honor, damas, açafatas e, a cavalo, moços das estribeiras e das cavaliças. Um esquadrão da guarda de quinhentos cavalos acompanhavam o rei desde Lisboa enquanto que a guarda dos Archeiros tinha-se adiantado ao cortejo, seguindo em cavalos, para esperarem a comitiva no Caia „servindo a pé como costume“. O autor salienta o facto de todos os cavalos que puxavam os coches e berlindas da Casa Real serem puxados por frisoões, cavalos negros de grande qualidade e valor. Só para os servidores da Casa Real que compunham a sua „família“ seguiam no cortejo cento e trinta seges enquanto que as cavaliças „itinerantes“ tinham mais de novecentos e sessenta criados e mais de mil seiscentas e quarenta „bestas“. Os criados a que Caetano de Sousa chama de „foro nobre“, ou seja, aqueles que lidavam mais de perto com a família real, „reposteiros, moços da prata e outros semelhantes“ eram mais de seiscentos e setenta (os oficiais menores e outros semelhantes nem são enumerados) para além dos moços de câmara, médicos, cirurgiões,

clérigos, criados particulares e „outras muitas pessoas do serviço nobre da Casa Real, porque não he nossa tenção entrar a descrever a magnificencia, riqueza, e profusão deste ditoso dia, mas sómente dar huma idéa, do que foy aquella jornada, para satisfazer aos curiosos“<sup>138</sup>.

Sobre o rio Caia que dividia os dois reinos foi construída uma ponte entre três casas, magnificamente decoradas, uma de cada lado e uma terceira ao meio, sobre o rio, „ornada de escellentes, e ricas tapeçarias“, onde se iriam encontrar os monarcas e trocar as princesas, sendo assim delimitados publicamente os „espaços“ de poder de cada reino (nos dois encontros informais e privados das duas famílias reais esses espaços serão transpostos indistintamente, o que traduz a preocupação com a comunicação do significado dos atos públicos) e onde Caetano de Sousa destaca o encontro de tantos membros de famílias reais num só momento de que não há memória, já que nos enlacs anteriores são apenas as consortes e respetivo séquito que se deslocam para um outro reino. A entrada dos monarcas e respetiva família faz-se ao mesmo tempo e de forma sincronizada: „por ordem de ambas as Magestades, nela entraraõ ao mesmo tempo por huma, e outra porta, da nossa parte ElRey, a Rainha, o Principe, Princeza das Asturias, os Infantes Dom Pedro, Dom Francisco, e Dom Antonio, e da outra parte ElRey Catholico, a Rainha, o Principe das Asturias, a Princeza do Brasil, os Infantes Dom Carlos e Dom Philippe; não lemos se avistassem igual numero de pessoas Reaes em semelhantes funções“<sup>139</sup>.

Aos cumprimentos em pé „com grande gosto, e demonstrações de contentamento“, seguiram-se as formalidades com a assinaturas dos monarcas e de „todos os Principes das duas Reaes Familias“ a que seguiram os cumprimentos e beija-mão das princesas por todos, „Camareiras mores (...) Criados, Grandes, Officiaes da Casa Real, e pessoas de distinção“. Na altura da despedida, que assinala a efetiva troca de princesas, Caetano de Sousa destaca um momento de informalidade: „estiveraõ algum tempo sem se poderem apartar, e podendo mais a ternura que o cerimonial, cedeo a Magestade à natureza, quando se trocaraõ as Princezas, pegando cada huma das Rainhas na que lhe tocava, porque as lagrimas do gosto se equivocaraõ com a saudade, igualmente nas atenções os affectos de ambas as Nações“. Com a mesma sincronia se afastaram as duas comitivas reais, cada uma do seu lado, „com ricas galas e coches, os guardas de huma, e outra parte cercavaõ as margens do Rio, e hum immenso concurso de Povo, que cobria os limites de ambos os Reynos, que concorreo a ver hum dos mais celebres, e vistosos dias, que se lerá na Historia: ao tempo, que se fizeraõ as

138 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 351 e ss.

139 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 351 e ss.

trocas, começou a Cavallaria, e Infantaria a dar repetidas salvas de mosqueteria a que logo correspondeo a artelharia das Praças de Elvas, e Badajoz<sup>140</sup>.

Após as benções nupciais dos príncipes do Brasil realizadas na catedral da cidade de Elvas, os dias seguintes foram dedicados à entrega das jóias e dos enxovais das princesas, ofertas por parte dos reis de „joyas, e peças de grande valor, assim aos Officiaes da Casa, como às Damas, e outras Senhoras de ambos os Palacios“, visitas recíprocas entre membros das duas cortes e marcados dois encontros informais entre as duas famílias reais no Caia para convívio, „sem mais acompanhamento, que os seus criados, que occupavao dezoito coches“, com a particularidade das princesas passarem indistintamente de um lado para outro do rio „e o mesmo fizeram as Magestades sem reparo do Dominio, porque a syncera amizade depoz toda a pratica de politica, e ao seu exemplo as Familias dos Reys fizeram o mesmo, tanto a dos homens, como a das senhoras“. Um terceiro encontro foi marcado para alguns dias mais tarde, mas desta vez o convívio foi acompanhado em ambos os lados de músicos „havendo-se cantado quatro Cantatas, todas Italianas“ e como já era a última vez que se veriam „gastarao quasi huma hora em reciprocas expressoens, e cedendo a Magestade outra vez à natureza, se abraçavao os pays com as filhas com tanta ternura que explicarao mais os affectos com os olhos, do que com as palavras. Em quanto durou esta visita, passarao as Familias dos Reys para huma, e outra parte, e conversarao em gostosa correspondencia, e syncera amizade. (...) Os Reys Catholicos partiraõ pra Sevilha, e os nossos para Lisboa, e sahindo de Elvas com a Familia Real para Villa-Viçosa“.

Frei José da Natividade transcreve uma lista exaustiva do enxoval da princesa do Brasil, assinada pelas suas damas, sob os títulos „Memoria dos vestidos, roupa-branca, e outros generos, que trouxe a Serenissima Senhora Princeza do Brazil, de Castella para Portugal<sup>141</sup>, „Memoria de las alajas de la Serenissima Senora Princeza del Brazil y que han de passar a la Frontera de Portugal y se han de dar al tiempo de las entregas de las personas reales, que con distincion, es dela forma siguiente.“<sup>142</sup>, „Memoria de las joyas e mas alajas de pedreria, de la Serenissima Señora Princeza del Brasil, que con distincion, es en esta forma“<sup>143</sup>.

A entrada em Lisboa, em apoteose, foi realizada no bergantim real que é comparado a um „soberbissimo“ palácio pela sua riqueza e magestade, cuja talha

---

140 SOUSA, António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Ed. cit., vol. VII, pp. 351 e ss.

141 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., pp. 249 a 258.

142 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., pp. 259 a 267.

143 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 268.

decorativa era „do mais excellente artificio“, comparada a um „monte de ouro, que navegava sobre o Tejo (...) em que elle reverberava, que agora se podia fazer mais tûmido, e empolado, sustentando a seus hombros as quilhas de tão lustroso, e Real acompanhamento, se não entendera, como assim o executou, que devia, em applauso de tanto triumpho, observar a maior serenidade, para ser espelho de tanta grandeza, e fermozura.“, e que excedia em beleza a mítica embarcação de Cleópatra, já que „envergonhar-sehia a antiguidade de celebrar tanto a embarcação de Cleopatra, se tivesse huma idea de tanta grandeza“<sup>144</sup>. A embarcação real, acompanhada de trinta escalares com a família da Casa Real e nobreza, foi recebida no Tejo por „mais de mil barcos, dos que navegaõ pelo Tejo, e era infinito o numero de falluas, fragatas, e outras embarcaçoens, todas mui empavezadas, e embandeiradas, cheias de flamulas, e galhardetes de diversas cores, em que embarcaraõ os que se quizerão lograr de hum tão grande dia“<sup>145</sup>.

Em Belém desembarcou a família real numa magnífica ponte: „sobre hum fingido, e bem figurado rochedo havia huma bem lançada escada de vinte degraos, em que se sustentava hum arco triumphal de elegantissima arquitetura, feito a custa dos Officiaes de Pintores, e Carpinteiros, coroado com as figuras da Liberdade, e Fortuna, entre quem se via a da Fama“. Liberdade, fortuna e fama numa conjugação auspiciosa para os futuros reis de Portugal. Uma varanda „de comprimento de vinte passos“ ornamentada de vasos de flores terminava numa „cúpula quadrada, sustentada em quatro columnas belissimamente formadas. Tinha a mesma cúpula pintado hum Sol mui flammante pela parte interior, e na exterior se viaõ com as suas insignias nos seus quatro angulos; as quatro partes do mundo e no meio della a figura da Fortuna, empenhada em pôr hum cravo na sua roda, como querendo denotar, que elle queria fazer ja permentes para sempre, as glorias, que nos prometia hum dia tão feliz, e tão singular“<sup>146</sup>. Os monarcas e os príncipes dirigiram-se num coche, „de que tiravaõ oito fermosissimos cavallos brancos, era o mais rico, e mais augusto que ja mais se tinha visto“<sup>147</sup>, seguidos da nobreza em coches de „grande custo“ e entraram em Lisboa onde as ruas estavam decoradas com grande pompa e „luzimento, e grandeza, ornadas as paredes, e as janellas das mais ricas, e pomposas armaçoens. Entre ellas havia muitos espelhos excellentes, que multiplicavaõ objectos tão

---

144 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelissimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., pp. 313 e ss.

145 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelissimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., pp. 314, 315.

146 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelissimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., pp. 315, 316.

147 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelissimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 317.

vistosos, e agradáveis<sup>148</sup>.

### Conclusão: o fasto régio como retórica de poder

A linguagem política das cerimónias públicas da época barroca em Espanha é abordada de forma muito completa e minuciosa na obra de José Jaime Garcia Bernal, *El Fasto Público en la España de los Austrias*<sup>149</sup>, e permite-nos trabalhar a realidade portuguesa segundo uma série de tópicos interpretativos. Bernal salienta a existência na época barroca de um cânone, de um código de comunicação social a que o autor chama „el language del espectáculo“<sup>150</sup> que estava presente tanto na vida pública régia e da nobreza como nas cerimónias privadas. A época barroca é marcada pela obsessão da comunicação baseada numa retórica visual e representativa, marcada pelos „discursos“ metafóricos, hiperbolizantes, metonímicos ou perifrásicos que visam sobretudo a aglutinação da corte em torno da figura do rei e da „omnipresença“ régia junto do povo, transmitindo-lhe a confiança e a segurança da sua presença e poder<sup>151</sup>.

Bernal<sup>152</sup> distingue as „liturgias“ de impetração, ou suplicação, e as de triunfo como fazendo parte de um mesmo discurso de prossecução da glória eterna e terrena. Por um lado, a „estilística do sacrifício“, como promessa e expectativa a atingir, transformando o sacrifício em glória e, pelo outro, a „estilística da afirmação coletiva ou da épica triunfalista“ como celebração, que idealiza um momento que se substitui ao quotidiano antecipando a plenitude da glória<sup>153</sup> a atingir. Segundo este autor a distinção entre as sociedades tradicionais das sociedades modernas está no facto de as primeiras se regerem por um ritual-experiencial, baseado numa vivência da realidade, enquanto as segundas assumem um ritual codificado para a comunicação<sup>154</sup>, ou seja, numa fabricação de um espetáculo ou de uma encenação para ser comunicada.

Na prática, a figura do cavaleiro baseado no „ser“ e na „ação“ transforma-se na figura do cortesão baseado no „parecer“ e na comunicação de uma „encenação“ que visa resultados. Esta „encenação“ pode-nos parecer hoje fútil e vazia de conteúdo, mas só numa avaliação leviana e pouco meditada. Na verdade, a „sociabilidade curial“, as atitudes, as cerimónias, a etiqueta, o

---

148 NATIVIDADE, Frei José – *Fasto Hymeneo ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis de Portugal D. Joseph I e D. Maria Anna Vitória de Borbon*. Ob. cit., p. 324.

149 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit.

150 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., p. 23.

151 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., p. 24.

152 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., p. 185 („Las narrativas del espectáculo“).

153 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., pp. 187, 188.

154 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., p. 36.

protocolo, as precedências, as atitudes eram fundamentais como códigos para situar o cortesão perante o seu mundo - a sociedade de corte -, estabelecer identidades, diferenças e hierarquias e conferir-lhe a segurança de pertença a essa sociedade que constitui a sua „verdadeira pátria“<sup>155</sup> e o sentido da sua existência<sup>156</sup>, e, muitas vezes, a sua estratégia de vida na corte não diferia muito, em termos simbólicos e de sentido, do campo de batalha medieval.

A importância do ritual moderno assume um carácter não já baseado em relações pessoais que exprimem interioridade, como antes, mas em relações institucionais e formais que visam criar um cosmos em que o poder real se possa instalar e dominar. Esse domínio é baseado sobretudo na forma e no gesto<sup>157</sup> que exalta a dimensão pública do homem, de certa forma, numa exteriorização das conquistas culturais e intelectuais do período humanista, e que tem a funcionalidade de estabelecer a coesão e de, ao mesmo tempo, o distinguir dos demais, tanto dentro como fora da sua ordem social, e de lhe atribuir uma posição e uma identidade que lhe são tão caras como a vida.

Nos rituais de corte, tais como banquetes, torneios e outras festividades (no caso português e ibérico, as touradas têm a mesma funcionalidade dos torneios e adquirem presença obrigatória nos principais momentos celebrativos, como é o caso dos enlacs régios), em que todo o género de espetáculos servem para sedimentar ligações e estabelecer hierarquias que a cada acontecimento se vão atualizando, pelas nomeações, pelos favores, pelos castigos e descréditos dos cortesãos. Para as restantes ordens sociais, a burguesia e o povo, estes rituais funcionavam simultaneamente como factor de exclusão, pelo distanciamento estudado que favorecia o exercício efetivo do poder, e ao mesmo tempo pela identificação em termos de submissão com o poder régio.

Esses acontecimentos festivos, são mais do que celebrações, são o espetáculo da afirmação do próprio poder, reiterado vezes sem conta através da ordem comunicativa moderna, denotando um poder de irradiar a influência régia e estabelecendo um pacto de sujeição voluntária que marca a cultura das „relações de espetáculo“ como parte de um artifício retórico que tomou o nome de „teatro de poder“<sup>158</sup> de que Bernal salienta, nestas palavras a „potência metonímica“ dos acontecimentos: „No parecen fruto de la casualidad las palabras del licenciado Fajardo en un momento en que la „plaza“ se ha lexicalizado como lugar común en la prosa de ficción gracias a su potencia metonímica, capaz de evocar la ciudad como un mundo de significados, y a través de ella, el próprio sistema

---

155 ELIAS, Norbert – *A sociedade de Corte*. Ob. cit., pp. 22, 23.

156 ELIAS, Norbert – *A sociedade de Corte*. Ob. cit., p. 33.

157 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., p. 48.

158 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., pp. 162, 163.

orgánico del Imperio. (...) Y es que la plaza mayor se ha convertido ya por entonces en el enclave simbólico donde „acontece“ el triunfo regio o la apoteosis divina. Dimensión epifánica del espacio público que no discurre en un plano distinto, sino que funciona íntimamente entrelazada con la dimensión política que han adquirido estos espacios tras las reformas urbanísticas de la segunda mitad del XVI<sup>159</sup>.

Neste sentido, a partir do século XVI, é o espetáculo público que se assume como retórica de poder e símbolo da organização, controle e segurança do estado perante todos, uma espécie de „rotina social e hábito de consumo“ e de „situações carregadas de significado que permitam interpretar o mundo“<sup>160</sup>, e que pretende dar resposta às aspirações pessoais de cada um através do estabelecimento de normas sociais que consolidam o vínculo entre todos, dentro e fora da aristocracia. Bernal<sup>161</sup> refere o processo de „transubstanciação“ da realidade em ideal do „ritual comunicativo“ que tem como principais objetivos fundamentar a superioridade social que vai garantir a segurança geral através da coesão de todos em torno desse status organizado que interliga o macrocosmos espiritual ao microcosmos terreno, ou seja, a superioridade do rei na terra associada à superioridade divina nos céus.

E essa superioridade régia traduz-se no poder de financiamento, organização e hierarquização do espaço e do tempo urbanos (o ciclo festivo e o dispositivo cerimonial), ou seja, a conceção do „espaço da cidade como artifício comunicativo“<sup>162</sup> na exigência de perfeccionismo, invenção e novidade<sup>163</sup>, de como são tratados todos os acontecimentos festivos, símbolos da glória régia e da honra da nobreza e que são sinónimos da sua capacidade „superior“ de liderança. Este poder „demiúrgico“ e quase „mágico“, o poder de produção e de encenação de espetáculos públicos que se estabelece como cultura, acentuado pelo carácter efémero e ocasional de muitos dos eventos, traduz-se, por vezes, numa espécie de materialização da fábula e do mito em que o povo participa, sobretudo como espetador, mas que lhe dá a sensação de fazer parte dessa mesma excecionalidade, intensificando o sentimento de identidade e a força para reagir à adversidade.

Sendo um momento de triunfo e celebração, os enlaces régios da época barroca combinam a tradição, através do simbolismo, de como são exemplo as touradas e as evocações da mitologia clássica, com a modernidade (à época) das formas, das „fábricas“ e construções ousadas, vestuário elaborado e ostensivo,

159 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., pp. 166, 167.

160 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., pp. 126, 127.

161 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., pp. 129, 130.

162 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., p. 150.

163 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., p. 141.

profusão de jóias que conjuntamente com a evocação dos povos indígenas e dos animais raros, sugerem essa mesma conquista moderna através das Descobertas e do Império. Essa ambivalência também é traduzida na tensão dramática dos momentos de encenação do espectáculo barroco que sugerem um tempo<sup>164</sup>, um discurso rítmico que oscila entre a contenção e a afirmação, sinónimo afinal que traduz a filosofia de vida da sociedade de corte barroca. A festividade não é só „retórica“ de poder, embora esta seja preponderante. Insere-se também no „diálogo“ da Casa Real com todos os seus súbditos em que estes lhe reafirmam a sua fidelidade, participando, com a sua presença, as suas manifestações de apreço e júbilo e o seu contributo nas decorações e iluminações, tanto como „atores“ e como „público“ no exuberante „teatro de poder“.

---

164 GARCIA BERNAL, José Jaime – *El Fasto Público en la España de los Austrias*. Ob. cit., pp. 221, 222.